



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**

**SORAYA MARIA BATISTA DA SILVA**

**MENINOS TRANS E ESCOLARIZAÇÃO: HISTÓRIAS DE VIDA**

**Campo Grande/MS  
Março - 2025**

**SORAYA MARIA BATISTA DA SILVA**

**MENINOS TRANS E ESCOLARIZAÇÃO: HISTÓRIAS DE VIDA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Educação – PROFEDUC –, área de concentração Formação de Professores e Diversidade, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade Universitária de Campo Grande - MS, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes.

**Campo Grande/MS**  
**Março - 2025**

I

---

S583m Silva, Soraya Maria Batista

Meninos trans e escolarização: histórias de vida / Soraya Maria Batista da Silva. –  
Campo Grande, MS: UEMS, 2025.

147 p.

Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Educação – Universidade  
Estadual de Mato Grosso do Sul, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes

1. Meninos trans 2. Histórias de vida 3. Educação 4. Diversidade sexual I. Paes,  
Ademilson Batista II. Título

CDD 23. ed. - 306.768

---

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Elaine Freire Lessa – CRB-1 / 3721

## **SORAYA MARIA BATISTA DA SILVA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade Universitária de Campo Grande - MS, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Formação de Professores e Diversidade.

Aprovada em...../...../.....

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Ademilson Batista Paes (Orientador)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Prof. Dr. Marcos Antônio Bessa-Oliveira (Titular Interno)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Prof. Dr. Guilherme Rodrigues Passamani (Titular Externo)  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

Prof. Dra. Bartolina Ramalho Catanante (Suplente Interno)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Prof. Dr. Gilson Gomes Coelho (Suplente Externo)  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

*Meus sinceros agradecimentos aos Orixás que me guiam por todos os caminhos em especial ao meu pai Ogum e minha mãe Iemanjá, que estiveram sempre a frente de todas minhas batalhas. E principalmente a minha esposa Beatriz, minha maior apoiadora, e que está presente em todos os momentos da minha vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecimentos

Agradecimento institucionais, que são de praxe.

A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E aos lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas. (THOMPSON, 1998, p. 337).

## RESUMO

O termo transexualidade foi criado para conceituar e trazer uma definição para aquelas pessoas que não se encaixam no padrão biologicamente determinado. Sendo assim, mesmo com o avanço da sociedade diante do preconceito vivido pela comunidade LGBTQIAPN+, percebe-se a existência da incompreensão acerca da temática, principalmente no que se refere ao ambiente escolar. A diversidade sexual e os estudos sobre gênero têm ganhado notoriedade no âmbito das discussões acadêmicas, e compreendê-la no contexto da educação torna-se um desafio. Assim, partindo desta premissa, essa pesquisa busca descrever e fazer conhecer a história de vida de estudantes transexuais, em especial de meninos transexuais matriculados e frequentes independente do ano/serie, sendo no Ensino Fundamental ou Médio da Secretaria do Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED), da rede pública de ensino de Campo Grande. Tendo como eixo para as entrevistas o contexto familiar e cultural que vivenciaram desde a infância, as experiências e os desafios na escolarização, por meio de suas memórias narradas, transcritas e analisadas. Evidenciando as etapas de trajetórias de vida. A história oral foi a metodologia abordada com a finalidade de registrar as memórias, onde histórias de vidas e memórias individuais, possibilitam compreender o coletivo de um determinado grupo culturalmente representado, nesse caso, meninos transexuais. As entrevistas propiciam a essa pesquisa elementos qualificativos para realizar as análises, tendo como referências autores que investigam e discorrem sobre a diversidade sexual, as concepções de gênero, o conceito de cultura e a história oral.

**Palavras-chave:** Meninos trans. Histórias de vida. Educação.

## ABSTRACT

The term transsexuality was created to conceptualize and define individuals who do not fit the biologically determined standard. Thus, despite societal progress in addressing the prejudice faced by the LGBTQIAPN+ community, there is still a lack of understanding regarding the topic, especially in the school environment. Sexual diversity and gender studies have gained prominence in academic discussions, and understanding them within the educational context presents a challenge. Based on this premise, this research aims to describe and bring to light the life stories of transsexual students, specifically trans boys enrolled and attending, regardless of the grade/year, whether in Elementary or High School under the Department of Education of Mato Grosso do Sul (SED), in the public education system of Campo Grande. The interviews focus on the family and cultural context they have experienced since childhood, their experiences and challenges in schooling, through their narrated, transcribed, and analyzed memories, highlighting the stages of their life trajectories. Oral history was the methodology used to record these memories, where personal life stories and individual memories allow for understanding the collective experiences of a culturally represented group, in this case, trans boys. The interviews provide qualitative elements for this research, drawing on references from authors who investigate and discuss sexual diversity, gender concepts, the notion of culture, and oral history.

Keywords: Trans boys. Life stories. Education.

## LISTA DE IMAGENS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Gráfico Pesquisa IBGE 2019.....	25
Figura 2- Gráfico populacional Censo de 2022.....	25
Figura 3- Números de mortes de pessoas LGBTQIAP+ de 2000 a 2021. ....	29
Figura 4- Observatório de mortes por segmento em 2022. ....	30
Figura 5- Gráfico ranking de violência contra LGBTQIAP+ por milhão de habitantes. ....	31
Figura 6 - Quadro Síntese – Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero. Usado para auxiliar os parlamentares no momento de votação.....	43
Figura 7- Imagem da plataforma de pré-matrícula digital SED para estudantes do Ensino Básico. ....	49
Figura 8- Tabela com frases vexatórias ditas por servidores da educação, dentro das unidades escolares. Direcionadas aos estudantes LGBTQIAP+. ....	54

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABGLT** - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.

**ANTRA** – Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

**CID** – Classificação Internacional de Doenças.

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**IBICT** - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

**LDBEN** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

**LGBTQIAPN+** – Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais.

**SCIELO** - Scientific Electronic Library Online.

**SECAD** – Secretaria Nacional de Cadastro Único.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO – OS ENFRENTAMENTOS DE PESSOAS LGBTQIAPN+ NA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>TEORIA QUEER: QUEBRANDO TABUS .....</b>	<b>16</b>
2.1	A REPRESENTATIVIDADE DA TEORIA QUEER: FORMULANDO CONCEITOS 17	
2.2	O RECONHECIMENTO: A SUBJETIVIDADE .....	20
2.3	AS VIOLÊNCIAS QUE NOS ASSOMBRAM: É PRECISO PERTENCER AO GRUPO LGBTQIAP+ PARA DENUNCIAR?.....	26
<b>3</b>	<b>TRANGÊNEROS E TRANSEXUAIS.....</b>	<b>34</b>
3.1	O QUE SÃO PESSOAS TRANSGÊNEROS OU TRANSEXUAIS: COMPREENDENDO IDENTIDADES.....	34
3.2	TRANSIÇÃO DE GÊNERO: REPRESENTATIVIDADE E CONSTRUÇÃO.....	40
3.3	EDUCAÇÃO PARA TODOS: UMA ABORDAGEM POSSÍVEL E NECESSÁRIA	43
3.4	O USO DO NOME SOCIAL PARA ESTUANTES TRANSEXUAIS, TREN GÊNEROS E QUEER: NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE MATO GROSSO DO SUL.....	45
3.5	A PERMANÊNCIA DE PESSOAS LGBTQIAP+ NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM GRITO DE SOBREVIVÊNCIA. ....	53
<b>4</b>	<b>EDUCAÇÃO E TRANSGÊNEROS .....</b>	<b>56</b>
4.1	A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA ORAL (HO) PARA SOCIEDADE: A CONSTRUÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA.....	56
4.2	TRANSEXUAIS: UMA VISÃO DE DENTRO DA ESCOLA DE MATO GROSSO DO SUL.....	58
4.3	RELATOS DOS ESTUDANTES: O SENTIMENTO QUE EU CARREGO.....	58
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS –.....</b>	<b>59</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>
<b>6</b>	<b>APÊNDICE I– PROPOSTA DE INTERVENÇÃO – MATERIAL ÁUDIO VISUAL: TÍTULO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO .....</b>	<b>63</b>
6.1	INTRODUÇÃO.....	63
6.2	JUSTIFICATIVA .....	63
6.3	OBJETIVOS.....	63
6.4	OBJETIVO GERAL.....	63

6.5	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	63
6.6	METODOLOGIA.....	63
6.7	CRONOGRAMA .....	63

## 1 INTRODUÇÃO – OS ENFRENTAMENTOS DE PESSOAS LGBTQIAPN+ NA EDUCAÇÃO

O enfrentamento e o desejo de pesquisar sobre esse tema de grande relevância para sociedade LGBTQIAPN+, é oriundo dos diversos tabus que envolvem a diversidade de gênero, e também surgiu das observações acerca das poucas pessoas transexuais que concluem o Ensino Médio, iniciam, permanecem e concluem o nível superior. Esse questionamento do porque poucos transexuais finalizam a escolarização básica e adentram as universidades me inquietava.

Até que comecei a observar situações dentro dos grupos escolares que participei e ainda participo, e percebi a grande hipocrisia. Os discursos de ódios velados por uma representação de piada, as risadas maldosas que eram destinadas aos estudantes transexuais, homossexuais, e a grande parte da sociedade ocasionando preconceito e racismo de diversas formas diferentes.

A intensão se fortaleceu quando escutei dentro da sala dos professores, de colegas de profissão frases como: “Ah, essa aí é igual as fases da lua. Quando está cheia é homem, quando está crescente é mulher”, e essa “piada” repleta de preconceito, tornar-se motivo de risos pelas demais. Isso me feriu a alma, E eu me perguntei: “Como é possível um ser humano falar assim de outro? E pior um educador, formador de opinião. Exemplo para tantos estudantes e também para sua família.”

Esses eventos que ocorrem repetidamente durante as rodas de conversas nas escolas me impactaram profundamente, e daquele dia em diante passei a perceber e analisar cada dia mais as atitudes dos estudantes, da comunidade escolar e da família dos meninos e meninas transexuais por onde lecionava. E então me propus a engajar uma verdadeira batalha contra a homofobia, transfobia, racismo, a negligência social e qualquer forma de representação de preconceito, e principalmente das depreciações de qualquer que sejam os indivíduos. Afinal, em que século estamos que ainda existem pessoas capazes de fazer da vida de alguém uma piada. Em que outras riem, sem apresentar qualquer empatia que seja.

Dessa forma, é de utilidade pública compreender as questões que são enfrentadas diariamente por pessoas que não se enquadram nos conceitos tradicionais do binarismo, em especial dos meninos transexuais, e entender o movimento, e as causas que os levam algumas vezes a situações extremas de anulação enquanto indivíduos pertencentes aos grupos escolares e até evadindo-se das escolas, em especial na capital do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Investigar um tema tão relevante para sociedade atual, é considerado como uma obrigação para a educação, mas principalmente para sociedade LGBTQIAPN+ que clama por respeito aos seus direitos.

Por se tratar de uma abordagem social, se faz necessário compreender o indivíduo como o todo que o compõe na sociedade, tendo seus direitos preservados, seus deveres cobrados, a saúde ao seu dispor, justiça para sua proteção entre outros fatores sociais que agregam a uma pessoa. As pesquisas e debates acerca da diversidade, em especial a diversidade sexual e de gênero, apresenta-se como importante aspecto humano e desde sempre estão presentes na sociedade.

A não permanência na escola por meninos transexuais se dão por diversos fatores que perpassam todas as áreas que compõem a sociedade: educação, economia, saúde, justiça, entre outros. O ensino médio regular é a fase em que a juventude se encontra em formação social, profissional e principalmente moral. E, é nesse momento que muitos estudantes durante o período de transição acabam evadindo das unidades escolares por não serem respeitados e acolhidos em seus direitos enquanto cidadão, no processo de reconhecimento.

A educação é direito de todo o cidadão, garantida na Constituição Federal de 1988, Artigo 205, a qual reconhece a educação como direito crucial com responsabilidade do Estado, Família e Sociedade. Vem em uma busca constante de adequação, passando por diversas perspectivas, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) com a Lei 9.394/96. No entanto, é notório a seletividade da educação brasileira, visto que há muitas distinções que permeiam o campo educacional:

A declaração do direito à educação parte da ideia de que todos têm direito a ela, admitindo-se, entretanto, que a diferença na sua oferta, ainda que possa existir, deva ser a menor possível. Ao se declarar que todos têm direito à educação, parte-se da ideia de que há uma igualdade subjacente à declaração: a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sendo a responsabilidade do Estado buscá-la incessantemente nas políticas públicas. Assim, todas as circunstâncias que permitam a desigualdade na garantia desse direito devem ser evitadas, por contrariarem a própria ideia de direito. (OLIVEIRA, 2012, p. 39).

Tendo em vista que a escola é um ambiente multicultural que visa formar indivíduos para integrar a sociedade, e não somente o mercado de trabalho. As reflexões sobre o direito a educação de qualidade, se instalam como tema central nos projetos políticos-pedagógicos de todas as escolas, e é a base para as práticas pedagógicas, e para as ações a serem desenvolvidas, objetivando a formação plena do estudante.

O ambiente escolar é considerado um dos principais lugares de construção dos saberes de um sujeito, incluindo de identidade e, conseqüentemente, é um dos primeiros lugares em que se deparam com as diferenças, principalmente as de gênero. É muito importante que haja o desenvolvimento de uma consciência crítica e de práticas pautadas pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos, e não seletiva e excludente.

Por outro lado, não podemos esquecer que a escola faz parte da sociedade em que vivemos. E, conseqüentemente existem todos os preconceitos e discriminação presentes nos outros lugares da sociedade.

Adolescentes transexuais entre 14 e 17 anos de idade que estão no Ensino Médio, das escolas públicas passam por diversos obstáculos sociais, emocionais que acabam por desmotivá-los nos estudos e nos projetos futuros. Alvejados por situações que não são relacionadas ao ensino-aprendizado, mas sim a diferenciação, descomprometimento, despreparo ou desconhecimento por parte da comunidade escolar, e também as relações interpessoais mantidas com os demais estudantes.

A abordagem dessa pesquisa encontra-se em uma conjectura interseccional e decolonial com aporte no método da história oral, onde o tipo de pesquisa se dará a partir das histórias de vida dos sujeitos. Uma perspectiva de que as relações humanas se correlacionam com as lembranças dos fatos marcantes de um indivíduo.

Possibilitando, traçar uma linha do tempo entre todos os momentos até os dias atuais dos participantes, e até relacionar se as vivências desses meninos trans são parecidas em algum momento de suas trajetórias.

No primeiro capítulo – **INTRODUÇÃO** – Trago essa breve introdução ao que se refere a pesquisa, os métodos de abordagem e a importância do tema para sociedade.

No segundo capítulo – **TEORIA QUEER** – Abordaremos os conceitos que fomentam a teoria QUEER, a trajetória desse movimento no Brasil, o significado dessa sigla tão emblemática, e seus avanços diante das perspectivas de autores conceituados, como o escritor transgênero Paul Preciado, que se fundamenta nos estudos de Foucault, entre outros que contribuem para o desenvolvimento dessa pesquisa.

No terceiro capítulo – **TRANSGÊNEROS E TRANSEXUAIS** – As abordagens tratam-se de referenciar as diversas formas de representatividades da comunidade que difere das cis heteronormatividade. Indicando a importância do respeito e do acolhimento para com todos os sujeitos diante das diversas situações que podem levar um estudante a evasão escolar.

Apontamentos de sinais de ilegitimidade na atribuição do nome social, enquanto representatividade social e indicadora de uma pessoa. Baseando-se sempre nas teorias contemporâneas, fundamentadas por grandes autores que favorecem as pesquisas direcionadas a orientação sexual e gênero como Judith Butler.

No quarto capítulo – **EDUCAÇÃO E TRANSGÊNEROS** – Esse espaço está destinado aos relatos fidedignos de todos os participantes dessa pesquisa. Trata-se do momento de “dar voz”, aquele que está vivenciando na pele todas as situações que perpassam entre a transição

de gênero, o reconhecimento e o cotidiano da escola, que alguns preferem chamar de “chão da escola”. As narrativas desse capítulo, irão representar a realidade por trás de todas as complexidades que os meninos trans encontram para permanecer dentro das unidades escolares. Assim como, trará o retrato de sua história de vida, que será desenvolvida na linha metodológica da História Oral (HO), baseando-se nas perspectivas de Paul Thompson.

A participação dos envolvidos na pesquisa foi **(RELATAR SE FOI RAZOÁVEL, ÓTIMA OU EXCELENTE.)**. As memórias foram alcançadas de forma a articular com a atualidade dos adolescentes no âmbito familiar, social e escolar. As intenções para o futuro também foram apresentadas **(RELATAR SE BOAS OU NÃO)**.

As emoções estiveram presentes durante toda entrevista, pois apesar de ter a contribuição de um questionário norteador, algumas afirmações eram expressadas e apresentadas, derivadas de lembranças profundas. **(Momento de apresentação da pesquisa, foram três encontros até o momento. Para uma conversa, de acolhimento e escuta com os estudantes, alguns familiares e comunidade escolar da EE Joaquim Murтинho).**

Para Thompson (1998), a história oral é um enriquecedor para as pesquisas históricas, pois ela permite que o entrevistado revisite momentos de sua memória de forma qualitativa, trazendo a representatividade emocional do momento vivido, e algumas vezes sentimentos dolorosos que necessitam de empatia por parte do entrevistador.

Com propósito de compreender a temática diversidade sexual e gênero, em especial a pesquisa referente a meninos transexuais, foi realizada uma busca com o descritor “meninos transexuais”, nos repositórios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), foram encontrados no total 14 trabalhos relacionados ao tema, onde 11 se tratam de dissertações e 3 de teses. Obviamente, foi importante realizar nova busca, agora com descritor “transexualidade”, e foram encontrados um total de 1.215 trabalhos entre teses e dissertações sobre a temática. Essa busca reforça a relevância da temática escolhida.

## 2 TEORIA QUEER: QUEBRANDO TABUS

“A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação no qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se *queer*.” (PRECIADO, 2011, p. 14).

Para compreender as relações entre sexualidade e gênero é necessário tomar como ponto de partida, os conhecimentos sugeridos e ofertados a população por toda vida. Tendo em vista as diversas confusões e dúvidas quanto as tratativas do tema sexualidade, principalmente no âmbito escolar que direcionam os conhecimentos para a existência de apenas dois tipos de sexo, aqueles biologicamente apresentados no nascimento de um ser humano, o feminino relacionado as meninas, ou melhor pessoas que nascem com “sistema reprodutor feminino”, e o masculino aos meninos, ou seja, as pessoas que nascem com “sistema reprodutor masculino”.

Logo, meninas tem vagina e meninos tem pênis, e foi assim que toda sociedade foi ensinada a relacionar os indivíduos. As ciências biológicas com base nas combinações de características anatômicas, genéticas, e fisiológicas que partem do sistema reprodutor identificam o que chamam de sexos biológicos feminino ou masculino. Além desses dois sexos pré-definidos pela ciência, era possível identificar ou relacionar um terceiro grupo que nasciam com características sexuais físicas ou anatômicas diferente do padrão de corpos feminino e masculino, anteriormente tratadas popularmente como indivíduos com dois sexos. E atualmente relacionados como pessoa intersexo.

As ciências humanas, entende que a sexualidade humana não se relaciona apenas com as singularidades biológicas que se referiam ao feminino e masculino.

“...os conceitos de “sexo” e de “gênero” emergem como termos que se referem a dois campos opostos em disputa: de um lado, as características estritamente bioquímicas e fisiológicas estudadas pelas biociências e, de outro, a dimensão subjetiva e cultural do que é ser “mulher” ou ser “homem”, sendo campo de análise das ciências humanas. (OKA, LAURENTINI, p. 240, 2018).”

O entendimento de um sujeito sobre si não depende do sexo, essa afirmação se dá pela sua identidade de gênero. Onde o indivíduo se molda por sua experiência interna de sentimentos e de compreensão da sua essência.

Quando se a pretensão de estudar e analisar as construções de histórias de vida de indivíduos que diferem do tão representativo padrão da binaridade de gênero<sup>1</sup>, estamos

---

<sup>1</sup> Termo usado para descrever o conceito de que só existem apenas duas possibilidades: sexo feminino (mulher) e sexo masculino (homem). Classificações que eram atribuídas no nascimento com bases nas genitais.

representando a resistência, dando voz e equiparando as possibilidades e oportunidades, aos que na maioria das vezes são calados nas unidades escolares, esquecidos nos cantos das salas de aulas e conseqüentemente na vida. Invertendo assim o papel da escola que é a formação integral de um sujeito enquanto cidadão.

Na conjectura atual, a pluralidade dos indivíduos refuga os pensamentos cis-heteronormativo<sup>2</sup>, principalmente, no que se refere aos corpos, gêneros e a sexualidade. Para tanto, substituir debates superficiais intitulados e direcionados aos grupos de gays e lésbicas como ocorria anteriormente, abriu espaço para os debates representativos referente a teoria Queer<sup>3</sup>.

Os estudos metodológicos e teóricos ao que se refere a teoria queer, vem sendo aprimorados e reforçados com bravura por pouco mais de duas décadas. Essa representatividade vigora de grandes autores como a brasileira Guacira Lopes Louro, o espanhol Paul Beatriz Preciato, a americana Judith Butler, o brasileiro Richard Miskolci, entre outros que fortalecem a compreensão dialogando com as teorias da sexualidade apresentada por Michel Foucault a partir do século XX.

## 2.1 A REPRESENTATIVIDADE DA TEORIA QUEER: FORMULANDO CONCEITOS

Inicialmente é importante ressaltar que não existe uma definição absoluta e imutável sobre esta vertente de estudos. O queer é plural, nos provoca a repensar o sentido de pertencimento e dos corpos pertencentes a sociedade. É um termo aberto inicialmente utilizado nos Estados Unidos, para representar a desconstrução normatizadora da época.

O impensável – leia-se uma sociedade não fundada na proibição das relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo - não está fora da cultura, antes dentro dela, apenas de forma dominada. É possível pensar de forma insurgente pelas bordas do social, na região que foi propositalmente forcluída dele e, muitas vezes, relegada até mesmo ao reino do abjeto. Emerge assim um pensamento queer, não-normalizador, uma teoria social não-heterossexista e que, portanto, reconhece a sexualidade como um dos eixos centrais das relações de poder em nossa sociedade (MISKOLCI, 2014, p. 17).

---

<sup>2</sup> A ideia da construção de uma sociedade onde as normas e expectativas em relação a uma pessoa estão direcionadas ao comportamento heterossexual, e que a identidade de gênero coincida com sexo biológico de nascimento.

<sup>3</sup> Inicialmente, o termo inglês queer era usado em referência a algo ou alguém estranho. Depois, queer foi utilizado com conotação negativa e agressiva contra os corpos que transgrediam as normas de gênero e sexualidade. Tratava-se de um xingamento, como acontece no Brasil, como ‘bicha’, ‘sapatão’, ‘marica’, ‘traveco’. Na segunda metade do século passado, o queer foi resignificado gradualmente, impulsionado pelo ativismo LGBTQIAP+ contrariando ao imaginário de anormalidade.

Com o fim da conhecida Revolução Sexual, e da segunda onda do Feminismo em 1990, surgia a nova ideologia de gênero. E as pesquisas começam a avançar para a construção do que seria a Teoria Queer. Para Miskolci (2009) a Teoria Queer que é um rótulo que busca incorporar um conjunto amplo e relativamente disperso de reflexões sobre a heterossexualidade como um regime político-social que regula nossas vidas, tratando-se de regulações sexuais e de gênero socialmente impostas que criam e mantêm desigualdades de toda ordem.

O foco queer na heteronormatividade não equivale a uma defesa de sujeitos não-heterossexuais, pois ele é, antes de mais nada, definidor do empreendimento desconstrutivista dessa corrente teórica com relação à ordem social e os pressupostos que embasam toda uma visão de mundo, práticas e até mesmo uma epistemologia. (MISKOLCI, 2009, p. 8)

Em 1991, a italiana Thereza de Lauretis, publica na revista *Differences*<sup>4</sup>, o artigo intitulado “Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities”, primeira vez que a frase Teoria Queer foi usada para representar a minoria esquecida, por não se enquadrar na heteronormatividade. Como parte de um discurso hegemônico buscando romper o binarismo.

Os estudos da Teoria Queer têm como referência e interlocução organizados no pós-estruturalismo de Michel Foucault, mais precisamente em sua obra *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Apresentando estudo desde o século XIX conhecido como vitoriana, onde a tratativa ao que se refere a sexualidade eram mais reprimidos e até considerados como pecaminoso, até o século XX, conceituando a evolução a cerca dessa tratativa.

Para Foucault (2003) a sexualidade ao invés de ser reprimida foi estimulada pela vontade de saber, se fundindo com a experiência de linguagem, práticas sociais, modos de agir, que não se reduz ao ato sexual. Ele mostra que a sexualidade muda com o tempo, e com isso torna se novo com o tempo, e que ela deve ser referenciada a partir dos discursos.

Daí, enfim, o fato de o ponto importante não ser determinar se essas produções discursivas e esses efeitos de poder levam a formular a verdade do sexo ou, ao contrário, mentiras destinadas a ocultá-lo, mas revelar a "vontade de saber" que lhe serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento. (FOUCAULT, 2003, p. 17).

As relações entre o poder e saber nos aproxima do pensamento do pensamento foucaultiano de que em diferentes campos do saber ocorrem as diferentes relações de poder, principalmente ao que se trata do assunto sexualidade. É possível mesmo em pleno século XXI com novos olhares para diversidade encontramos leituras queer repletas de hostilidade, heteronormatividade, conduzidas por escritas direcionadas a inferioridade.

---

<sup>4</sup> Número especial do periódico acadêmico feminista *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*. Em sua edição de verão de 1991 (volume 3, número 2), sob a coordenação de Teresa De Lauretis (1991), é publicado um volume especial, sob o título “Queer theory: lesbian and gay identities”.

A proposta da teoria queer não é aproximar-se dos grupos homossexuais, nem tanto dos heterossexuais. Pois, qualquer uma dessas representatividades se relacionam e reforçam a ideia de binarismo, onde uma das partes será sempre normativo e o centro encontrar-se-ão em um cenário vazio, desconectando todos aqueles indivíduos que não se reconhecem.

Para tanto, o objetivo da teoria queer não é desqualificar as identidades já afirmadas, e sim desconstruir que a sexualidade é resumida em apenas uma categoria. Onde o sexo biológico é apenas fruto de um efeito discursivo do poder. “Como se lhe fosse essencial que o sexo se inscrevesse não somente numa economia do prazer, mas, também, num regime ordenado de saber.” (Foucaut, 2003, p. 68).

A teoria do biopoder conceito criado por Foucaut representa com maestria como o poder político assumiu poder de gerir a vida dos sujeitos, no século XVII usava-se de forma disciplinar, adestrando e criando máquinas de repetição. Já no século XVIII, abordava de forma coletiva no formato da biopolítica, controlavam a proliferação da população em todos os aspectos, desde o nascimento, mortalidade e saúde. E conseqüentemente foi usada como instrumento para controle da sexualidade.

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação - durante a época clássica, desta tecnologia de duas faces - anatômica e biológica, individualmente e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida - caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo. (FOUCAULT, 2003, p.131).

O pressuposto de que a família é uma instituição privilegiada pelo patriarcado e pelo capitalismo fortalece a relação do que seria normal e patológico sobre sexualidade. Onde o sujeito sujeitado, tem sua subjetividade construída a dependência do poder. Nesse caso, o fortalecimento da representatividade masculina. “Se fosse possível demonstrar que esse sistema produz sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produz presumivelmente masculinos”. (BUTLER, 2018, p. 11).

Não muito longe, mais precisamente nos períodos entre 2018 à 2022, nós brasileiros pudemos presenciar diversos atos de representatividade do biopoder. Um tanto quanto divergentes, desrespeitosos e que ferem os direitos humanos. Pudemos ouvir, assistir e ler diversas frases nas quais nenhum sujeito deveria proferir, quiçá um representante da população brasileira, nos quais seus discursos incitavam o ódio entre diversas classes.

[...] se o desenvolvimento dos aparelhos de Estado, como *instituições* de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica, inventados no século XVIII como *técnicas* de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a política, a medicina individual ou a administração coletiva), agiram no

nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e o sustentam; operam, também, como fatores de segregação e hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do bio-poder com suas formas e procedimentos múltiplos (FOUCAULT, 2003, p. 132-133).

O biopoder, está na contemporaneidade, e pudemos observá-la na pandemia, nos pronunciamentos de determinados governantes. No controle dos corpos e dos comportamentos das pessoas, quando um indivíduo é conduzido por diversos fatores a agir ou viver sobre de si mesmo, nas condutas de coletividade movidos por direcionamentos autoritários, e discursos de verdades deixando de lado sua própria essência, nas categorias de raça, etnia, gênero, religião ou qualquer singularidade em nome da coletividade, da vida e morte. Estão abrindo mão da subjetividade.

## 2.2 O RECONHECIMENTO: A SUBJETIVIDADE

A diversidade sexual no Brasil passou a ser tratada, em âmbito nacional, por conta da perspectiva da saúde pública. Significativamente a primeira conquista do movimento LGBT aconteceu em 1985 decorrente da decisão do Conselho Federal de Medicina, que deixou de definir, neste aspecto não seguindo a CID, a homossexualidade como patologia<sup>5</sup>.

Quase 20 anos depois o governo lança em 2003 a edição do Plano Plurianual, volume 1 para o biênio, que ficou conhecido como: PPA 2004 – 2007. E bem sucinto cita as questões de gênero intitulada como, DESAFIOS: Fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas.

O desrespeito aos direitos humanos se apresenta também de forma grave para outros grupos da população cabendo destacar: o grupo social dos gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais (GLTTB) que, apesar de ter conseguido ampliar e fortalecer o movimento e suas organizações, tem sido alvo de violência e discriminação em função da orientação sexual adotada. (PPA, 2003, p.89).

Logo em 2004, surge o programa Brasil sem Homofobia disponível atualmente na página oficial do Ministério da Saúde. Na gestão do governo anterior, mais precisamente entre 2019 à 2022 esse programa foi retirado da página, na qual sempre esteve liberado para pleno acesso desde sua criação.

---

<sup>5</sup> A Patologia é o ramo da ciência médica que estuda as alterações morfológicas e fisiológicas dos estados de saúde. Quando essas alterações não são compensadas podemos dizer que um indivíduo está doente. O termo "patologia" origina-se do grego ("pathos" = sofrimento, doença; "logia" = estudo).

Nos dias atuais os chamados grupos minoritários, passaram a ter mais visibilidade. Isso não quer dizer que seus direitos a subjetividade tenham adquirido o mesmo destaque. Contudo, tornaram-se mais claras e acirradas as lutas dessas minorias com os grupos conservadores, que acreditam possuir verdade absoluta.

Essa visibilidade tem efeitos paradoxais onde, enquanto, alguns ambientes sociais demonstram a aceitação crescente da pluralidade sexual respeitando com naturalidade, interagindo, consumindo produtos culturais e principalmente demonstrando que esses corpos são pertencentes a sociedades tão qual os demais.

Em contra partida, setores tradicionais reforçam e atualizam seus ataques, elaborando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de apoio a extrema agressão e violência física. Inclusive dentro de espaços públicos que deveriam ambientar-se e apropriar-se do direito de ir e vir de todas as pessoas sem que essa seja chacoteada, humilhada, ofendida ou agredida verbalmente ou fisicamente.

As escolas por exemplo, são espaços de sujeitos múltiplos, de identidades subjetivas e por se tratar de um espaço de interação e socialização do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, sua função social é contribuir para a formação integral dos estudantes, ao passo que estes são sujeitos sociais que vivem em coletividade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica conceituam que a educação tem por objetivo proporcionar aos sujeitos o desenvolvimento humano em sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diversidades sem esquecer da equidade. (BRASIL, 2013).

Quando se trata de representatividade é primordial analisar o entorno. Contudo dar o direito de fala a quem realmente consegue representar o que se aborda é de suma importância, e mais é essencial. Pois, nada melhor do que a estrutura conceitual de quem realmente vivência diariamente, desde sua infância até os dias atuais. O já citado Paul Beatriz Preciato, filósofo espanhol nascido no ano de 1970, se identifica como homem trans não binário, considerado um corpo que fala, um exímio escritor, e umas das vozes mais polemicas da Teoria Queer suas teorias críticas sobre a opressão de gênero, sexo e natureza podem ser entendido por alguns como uma afronta, e para outros como uma salvação. Em seu livro intitulado *Texto Junkie*<sup>6</sup> é narrado sua transição gênero, abordando o experimento realizado com uso de testosterona, e os

---

<sup>6</sup> Livro publicado pelo autor em 2008, na cidade de Madri na Espanha. Com título original *Testo yonqui*, na língua espanhola “yonqui” significa “drogado, viciado”. No Brasil, a primeira edição em língua portuguesa é de 2018 pela Editora N-1, e mantém-se *Testo Junkie* como título principal.

efeitos que esse procedimento vai traduzindo para seu corpo a cada dia. Ao passo que vai debatendo filosofia muito amparado com os estudos apresentados por Foucault, e entre seus nuances das discussões filosofias, ele inclui relatos de suas experiências pessoais direcionados a sexualidade, as emoções que muitas vezes são modificadas pelo uso da testosterona.

Nesse mesmo dia, umas horas mais tarde, aplico na pele uma dose de 50mg de Testogel para começar a escrever este livro. Não é a primeira vez. Essa é minha dose regular. As cadeias de carbono O-H3 C-H3 C-OH penetram gradualmente a epiderme até as camadas internas, até os vasos sanguíneos, as glândulas, as terminações nervosas. Não tomo testosterona para me transformar em um homem, nem sequer para transexualizar meu corpo. Tomo simplesmente para frustrar o que a sociedade quis fazer de mim, para escrever, para trepar, para sentir uma forma pós-pornográfica de prazer, acrescentar uma prótese molecular à minha identidade transgênero low-tech feita de dildos, textos e imagens em movimento, para vingar sua morte. (PRECIADO, 2018, p. 17-18).

O autor refere-se a si mesmo como um ser que está em inteira transformação, mas não apenas a mudança física que as pessoas ao seu redor passarão a enxergar, mas sim a mudança interna enquanto sujeito intelectual que se manifesta verbalmente, fisicamente. E ao passar por cada momento de transição confere a ele as dúvidas de como se enxergará enquanto indivíduo, enquanto pessoa crítica, feminista, defensor de suas ideias.

Como explicar o que me acontece? O que fazer com meu desejo de transformação? O que fazer com todos os anos em que me defini como feminista? Que tipo de feminista serei agora: uma feminista viciada em testosterona, ou melhor, um transgênero viciado em feminismo? Não me resta alternativa além de rever meus clássicos, submeter as teorias ao sobressalto provocado pela prática de tomar testosterona. Aceitar que a mudança que acontece em mim é a mutação de uma época. (PRECIADO, 2018, p. 23).

Esse pensamento nos remete aos estudantes do ensino médio de escolas públicas e particulares que em meio a tantas descobertas, reconhecimento e sentimentos de pertencimento, precisam passar por essa transição, por esse descobrimento do seu eu. Mas perante a normatização do sujeito sujeitado participará de uma aula de biologia por exemplo, onde será definido e fortalecido que, um ser humano possui 23 pares de cromossomos em cada célula, e que entre eles existem apenas dois cromossomos X e Y, e que se a combinação for XX você é mulher, e se for XY você é homem, e ponto final.

Em cada período histórico e em cada cultura, algumas expressões do masculino e do feminino são denominados e servem como referência ou modelo, mas há tantas maneiras de ser homem ou mulher quantas são as pessoas. Cada um tem seu jeito próprio de viver e expressar sua sexualidade. Isso precisa ser entendido e respeitado pelos jovens. (BRASIL, 2001, p. 325).

Diante da citação anterior, nenhum estudante que foge ao “padrão” conceituado por toda vida poderia ou melhor deveria passar por determinadas situações que os constrangesse como o exemplo de uma aula de biologia, sem que o profissional da educação (Professor ou

Professora) reforçasse que ser humano é único, e que sua singularidade não é medida apenas por seus cromossomos. Mas sim, pelo que ele reconhece como verdade.

É notório, que a subjetividade de um sujeito é construída historicamente pelo mecanismo do poder. Contudo, nos dias atuais, esses sujeitos possuem liberdade, para desconstruir, anular suas identidades sujeitadas pelo “padrão”. Claro, não é tão fácil como parece, mas como afirma Preciato (2018), as mudanças estão acontecendo pelo fato de que a gestão de si mesmo está sendo levada a diante, por meio de dinâmicas novas do tecnocapitalismo avançado, da mídia global e das biotecnologias.

Apesar do tema ser atual, expressar curiosidade dos pesquisadores em todas as áreas de pesquisa é preciso atravessar um passado não tão distante que causaram e causam feridas recentes nas pessoas pertencentes ao grupo LGBTQIAP+. Quando Eribon (2008) confronta as ofensas realizadas aos grupos homossexuais, chamando-as de injúria sexual.

Podemos afirmar que atualmente as injúrias permanecem, e agora é direcionada a todo grupo pertencente a sigla, principalmente as pessoas trans. Claro, com mais cautela pelos preconceituosos, que na maioria das colocações se escondem por de trás das falas de desconhecimento, e outras vezes nem tão velado assim.

Dificultando acesso a saúde por exemplo, exames clínicos. Continuam apontando e “apelidando” ou melhor ofendendo e ferindo um menino trans por exemplo chamando de “sapatão”, “mulher machinho”, e uma menina trans de “viadinho”, “afeminado”. Aquele que projeta o insulto tem consigo que possui o poder sobre o outro, potencializando o ódio, e a rejeição sobre diferentes corpos.

“Viado nojento” (“sapata nojenta”) não são simples palavras lançadas em passante. São agressões verbais que marcam a consciência. São traumatismos sentidos de modo mais ou menos violento no instante, mas que se inscrevem na memória e no corpo [...]. E uma das consequências da injúria é moldar a relação com os outros e com o mundo. E, por conseguinte, moldar a personalidade, a subjetividade, o próprio ser de um indivíduo (ERIBON, 2008, p. 27).

Para Butler (2018) A indagação sobre identidade pessoal de um sujeito deve ser centralizada a questão do que a constitui e principalmente nas características internas de uma pessoa, no que estabelecerá sua continuidade ou autoidentidade no decorrer do tempo.

Os movimentos sociais acerca dos estudos Queer, apresentam grandes críticas acerca da equidade dos indivíduos no Brasil. Por muito tempo, nos grupos LGBTQIAP+, os ativistas lutavam por direitos de igualdade para todos. Porém a palavra igualdade, propunha que todos fossem baseados no princípio da universalidade, onde todos nós somos iguais, com os mesmos direitos e deveres, as mesmas possibilidades, o que de fato não ocorre até os dias atuais.

Contudo, e para que o desequilíbrio gerado pelo patriarcado seja reformulado, e as pessoas LGBTQIAP+ tenham seus direitos respeitados as batalhas são traçadas partindo do princípio da equidade, onde será possível desestabilizar, diminuir, quiçá excluir em sua totalidade tal desigualdade. A representatividade das pessoas LGBTQIAP+, está cada vez mais atuante nas mídias de comunicação, nas universidades, nos cenários políticos, no esporte e cultura. Uma luta árdua e constante por espaço, respeito e representatividade.

Em 2019 o IBGE, acompanhou o inédito levantamento e coleta de dados sobre orientação sexual, e os resultados foram divulgados em caráter experimental. E constatou que 2,9 milhões de adultos<sup>7</sup> brasileiros se declaram homossexuais ou bissexuais, ainda falta muito para essa pesquisa ser mais objetiva e representativa. Porém, não podemos negar que já se trata de um avanço para a representatividade. É importante ressaltar que 3,6 milhões de pessoas, durante a pesquisa não quiseram responder, um número bem maior do que os que se declaram homossexuais e bissexuais.

A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostrou ainda que o grupo que se autodeclaram homossexuais ou bissexuais, é o maior entre os que têm nível superior e que possuem a maior renda. Segundo a pesquisa a maior concentração desses grupos está na região Sudeste, e a menor na região Nordeste.

Por conta dos estigmas de preconceitos e violência que assombra e aterroriza as pessoas LGBTQIAP+, as pessoas ainda não se sentem seguras em declarar sua própria orientação sexual, por isso essa primeira pesquisa pode ter sido menos notificada a real quantidade do que o devido. Toda via vale ressaltar que essa primeira pesquisa já nos mostra a certeza de que não somos uma minoria tão insignificante assim. Somos a resistência sim, estamos fortalecendo nossos conhecimentos acadêmicos sim, e como diria nosso saudoso Chorão<sup>8</sup> estamos em busca de um lugar ao sol.

Com o Censo demográfico de 2022, é possível afirmar que a população do Brasil estava em torno dos 203 milhões de habitantes. E que se observamos o gráfico é possível a comparação com a intensão de representar em números, que as 3 milhões e 600 mil pessoas que se autodeclaram homossexuais ou bissexuais é maior que a população do nosso estado Mato Grosso do Sul, que até 2022 contava com a quantidade de pouco mais que 2 milhões e 700 mil habitantes.

---

<sup>7</sup> Pessoas com faixa etária de dezoito anos completos ou mais.

<sup>8</sup> Alexandre Magno Abrão (Chorão) falecido em 2013. Foi compositor, cantor, cineasta, roteirista, empresário, músico brasileiro, skatista e principal vocalista da banda Charlie Brown Jr.

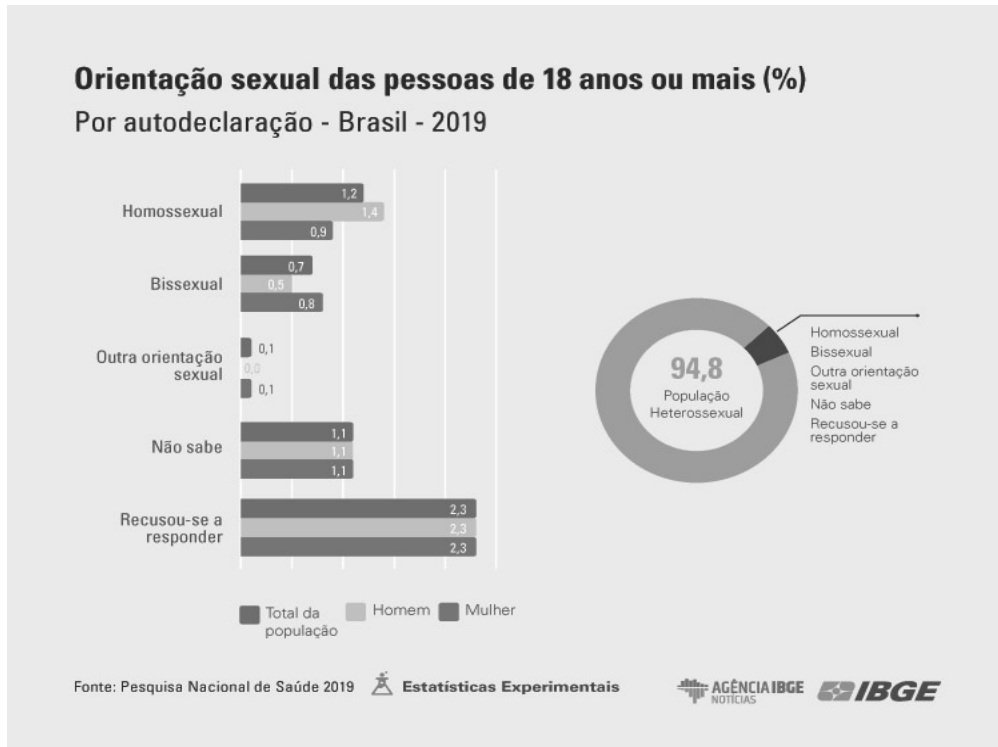


Figura 1- Gráfico Pesquisa IBGE 2019.

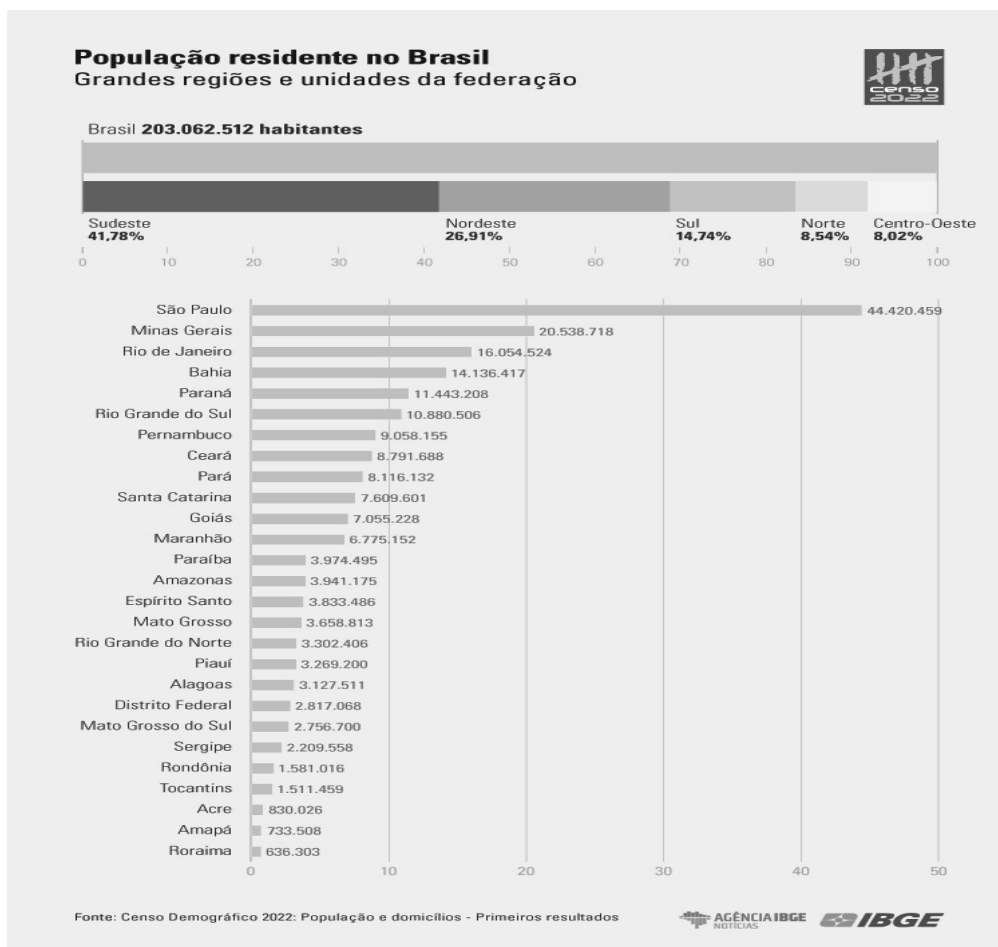


Figura 2- Gráfico populacional Censo de 2022.

### 2.3 AS VIOLÊNCIAS QUE NOS ASSOMBRA: É PRECISO PERTENCER AO GRUPO LGBTQIAP+ PARA DENUNCIAR?

As pesquisas e abordagens sobre identidade de gênero, são pautadas também pelas que se referem as metodologias e tratativas enquanto prevenção das violências, sejam elas quais tipos forem contra pessoas LGBTQIAP+. Então, inicio essa discussão fazendo a seguinte indagação: Em algum momento da sua vida já se encontrou omissa ao ver uma pessoa LGBTQIAP+ sendo hostilizada, atacada, agredida (verbal ou física)? Ou ainda, já sorriu ou gargalhou com uma piada de cunho homofóbico? Já deu as costas para uma pessoa desse grupo, e depois para aliviar sua consciência pensou: Essa luta não é minha, não tenho voz de fala. Então, automaticamente não tenho o que fazer.

Essas situações acontecem diariamente na vida de todos nós, pertencentes ou não a esse grupo, pois estamos inseridos em uma sociedade plural pautada pelo preconceito, e por lutas diárias de sobrevivência, seja coletiva ou individual. E não é porque acontece todos os dias que deve ser natural, aceitável ou permanente. Os movimentos sociais, são de extrema importância para a formação de uma sociedade democrática, visando lutar por causas sociais e a melhoria da vida de pessoas que se encontram nos chamados grupos minoritários. A intenção dos movimentos sociais é inserir as pessoas em sociedade de direitos.

Os movimentos LGBTQIAP+, traduz uma visibilidade sobre os problemas que essa população sofre diariamente mesmo nos dias atuais. Tanto na vida privada, como os conflitos familiares, onde as relações se desgastam, como por preconceitos e a não aceitação dos responsáveis, quando menores, tanto na vida social, que trata de toda a violência e formas de preconceito que sofrem pelo simples fato de não estarem conforme as normas impostas pela heteronormatividade da nossa sociedade brasileira.

Dessa forma, enfrentar toda a discriminação e exclusão social implica em promover a democracia social, a laicidade do Estado e, ao mesmo tempo, exige ampliar a consciência sanitária com mobilização em torno da defesa, do direito à saúde e dos direitos sexuais como componente fundamental da saúde. (BRASIL, 2010).

Entre os anos 1990 e início de 2000, houve uma abertura gradual da educação para a discussão das relações de gênero no âmbito das políticas públicas, no caso das demandas por diversidade sexual na educação. As abordagens dos temas como: ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde e orientação sexual, foram levados em consideração com os critérios e as necessidades, assim como as possibilidades da flexão desses temas, e sua urgência. Dessa forma, os estudantes seriam inteirados da importância da cidadania, enquanto indivíduo.

A identificação cultural, toma como intenção o papel de um sujeito crítico as abordagens como a posição contra as discriminações culturais, religiosas, de gênero, de etnia, entre outras. E também, fortalecendo a confiança em si e em suas capacidades no sentido de preservação física e mental. O preconceito move-se em conjunto com a ignorância, e quando a escola se propõe a formar cidadãos conscientes, essa situação tende a perder a força e começa a transitar no caminho oposto, ou seja, no caminho da compreensão de que todos devem ser respeitados diante de suas diferenças, crenças, culturas, gêneros e etnia.

[...] pois a escola, enquanto instituição socializadora, tem também o dever de propiciar uma ampliação de seu horizonte de experiência, com base em valores hoje inquestionáveis como o respeito aos direitos humanos e aos ideais republicanos e democráticos, que orientam – ou devem orientar – o desenvolvimento da sociedade brasileira. (MUNANGA, 2005, p.75).

A desconstrução de ideologias torna possível o reconhecimento dos sujeitos como pertencentes e a representatividade é transformada. Por isso, a importância dos movimentos como Direitos Humanos e Sociais se aproximem das escolas.

O fato é que dentro das salas de aulas, continuamente permeiam o preconceito no formato de brincadeiras, piadas e principalmente ofensas. Algumas delas veladas outras mais direcionadas, e em determinadas situações ocorrem frases vulgarizando quaisquer que sejam os indivíduos pertencentes a esse grupo, e que não se enquadram nos conceitos ditos conservadores. As consequências para aquele estudante que sofre com essas “brincadeiras” são na maioria das vezes irreversíveis.

O papel do educador é fomentar o diálogo contínuo sobre a gravidade e o perigo que estão as ofensas e brincadeiras de cunho preconceituoso, não devendo se isentar da meia culpa. Deve propor momentos de argumentação, comunicação e interação entre todos os pares. Para que a reflexão quanto a determinadas falas, atitudes e situação não se tornem rotineiras, ferindo a integridade humana de qualquer indivíduo. O preconceito deve ser denunciado, combatido e eliminado de toda sociedade.

Em junho de 2008, foi realizado no Brasil primeira Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Um evento convocado pelo governo federal que reuniu organizações de todo o país em Brasília para discutir a formulação de políticas públicas para o grupo. A partir desse momento, estreitou-se a relação entre setores do governo e ativistas, foram criadas novas institucionalidades no âmbito específico do Ministério da Educação. A ideia inicial era que o encontro servisse de base para a elaboração do Plano Nacional de

## Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

A crescente mobilização de diversos setores sociais em favor do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças tem correspondido a uma percepção cada vez mais aguda do papel estratégico da educação para a diversidade. Ela é vista como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda sorte de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade. Essas questões envolvem conceitos fortemente relacionados, tais como gênero, identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual, que requerem a adoção de políticas públicas educacionais que, a um só tempo, contemplem suas articulações sem negligenciar suas especificidades. (BRASIL, MEC/SECAD, 2007, p. 9).

Ficou a cargo do SECAD a implementação de políticas de inclusão, que articulassem os temas como diversidade sexual e relação de gênero no ambiente escolar, com a intensão de garantir respeito e cidadania plena, e almejando afastar a homofobia. Entre as recomendações para que o feito obtivesse sucesso foi a recomendação de formação dos docentes e dos servidores da educação com tema gênero, sexualidade e homofobia.

Abriu-se edital de formação docente com esse propósito em 2005 e 2006, onde defendiam que tanto gênero quanto orientação sexual eram categorias importantes nas construções dos corpos, das identidades, nas sexualidades e nas relações sociais e políticas. E que os educadores precisariam e deveriam estar preparados para abordagem de prevenção contra violência física ou verbal derivadas da homofobia.

[...] importância de se promover ações sistemáticas que ofereçam aos profissionais da educação bases conceituais e pedagógicas que melhor lhes dotem de instrumentos para lidarem adequadamente com as diferenças de orientação sexual e identidade de gênero. (BRASIL, 2005, p. 4).

Contudo essa abordagem, obteve ganhos e perdas durante todo processo, em particular quando se trata de incorporar demandas sobre diversidade sexual na educação. As relações de poder que determinam os parâmetros tradicionais que sustentam as relações de gênero em nossa sociedade limitam as possibilidades de consolidar conceitos como gênero e diversidade sexual enquanto definidores de políticas públicas para a educação e de, assim, desestabilizar a heteronormatividade e, sobretudo, a homofobia.

A uma grande necessidade de oportunizar que discentes e docentes transexuais se vejam como sujeitos inseridos na sociedade, onde as condições de desigualdades sociais sejam enxergadas e superadas. Tais temáticas, precisam ser permanentemente debatidas nos espaços de educação formal e através das redes sociais, como vetor da diminuição das violências produzidas entre jovens e adultos contra meninas e meninos trans, mulheres e homens trans.

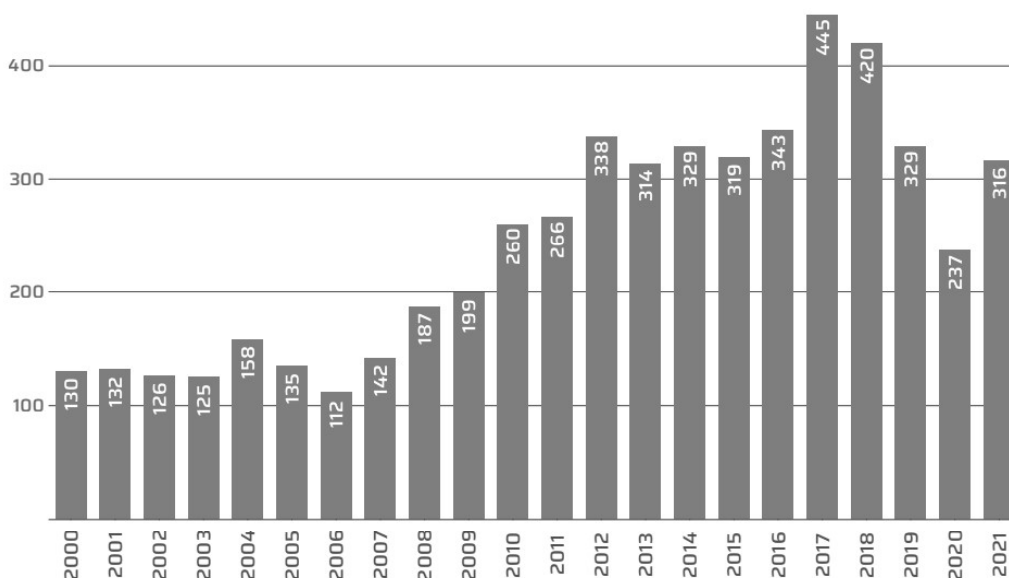
Ou melhor, contra a população LGBTQIAPN+ nos ambientes domésticos, educacionais, de saúde e urbanos, ou seja, de todos os espaços comuns para a sociedade.

Hoje, o Brasil é o país que mais mata pessoas que se reconhecem na população LGBTQIAPN+, vítimas de negligências médicas, discursos de ódio, estupros e outras tantas violências. Na maioria das vezes essas pessoas têm seus plenos direitos negados não apenas pelas políticas públicas, mas por todo ambiente que os rodeiam. Em 2019, o Supremo Tribunal Federal decidiu que atos de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero foram criminalizados e equiparam-se ao racismo se enquadrando na lei antirracismo, com penas de um a três anos de prisão.

Contudo, muitas pessoas ainda sofrem com os abusos, as discriminações, e a violência em torno das questões de gênero. Pelas mídias é possível perceber que os episódios de LGBTfobia ainda acontecem com grande frequência. A vulnerabilidade desse grupo é perceptível, frente aos demais grupos.

Os gráficos apresentam as pesquisas realizadas desde o ano 2000 até os dias atuais, as condições de vulnerabilidade que ainda nos encontramos no Brasil.

#### NÚMERO DE MORTES VIOLENTAS DE LGBTI+ NO BRASIL ENTRE 2000 A 2021



FONTE: Acontece LGBTI+, Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, 2021.

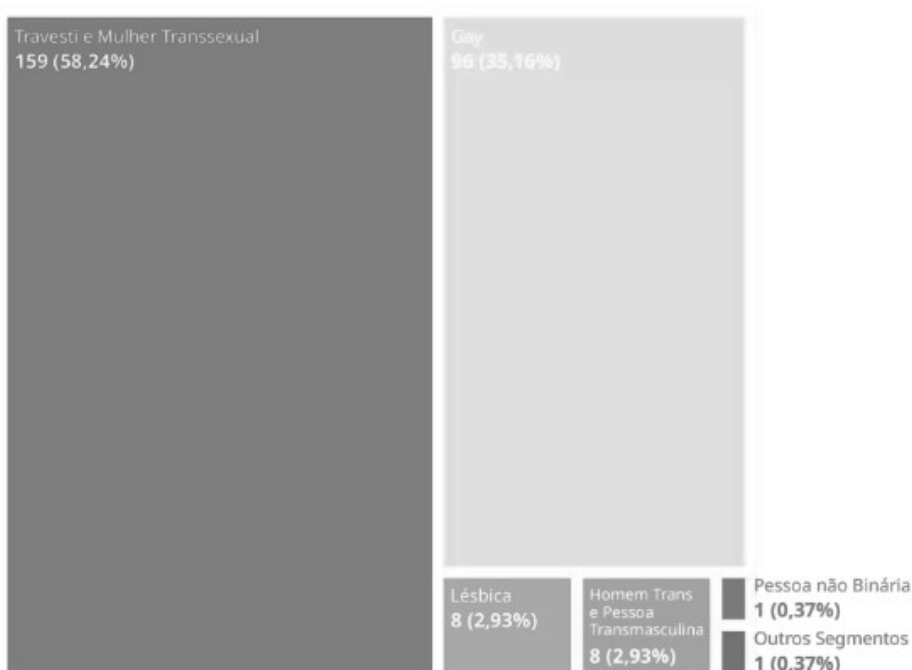
Figura 3- Números de mortes de pessoas LGBTQIAP+ de 2000 a 2021.

Em 2020 iniciou-se uma pesquisa coordenada pela Acontece<sup>9</sup> – Arte e Política LGBTI+ com o apoio a partir de 2021 das ANTRA e ABGLT. Em que a partir dos resultados analisados, por uma base de dados compartilhados entre as três instituições, puderam elaborar um documento intitulado Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+. Que informa a tragédia que vem assombrando as pessoas LGBTQIAPN+.

Onde, no Brasil durante o ano de 2022 ocorreram 273 mortes de pessoas LGBT+ de forma violenta. Dessas mortes 228 foram assassinatos, 30 suicídios e 15 outras causas. Ou seja, uma morte de pessoa LGBTQIAP+ a cada 32 horas no país. É possível que esses dados sejam subnotificados no Brasil, visto que essa pesquisa se referia a dados coletados em notícias de jornais, portais eletrônicos e redes sociais. Pois, existe a ausência de dados governamentais.

Este material é resultado de um esforço coletivo de produção e sistematização de dados sobre a violência e a violação de direitos LGBTI+.

**FIGURA 3: NÚMERO DE MORTES DE LGBTI+ NO BRASIL, POR SEGMENTO, EM 2022**

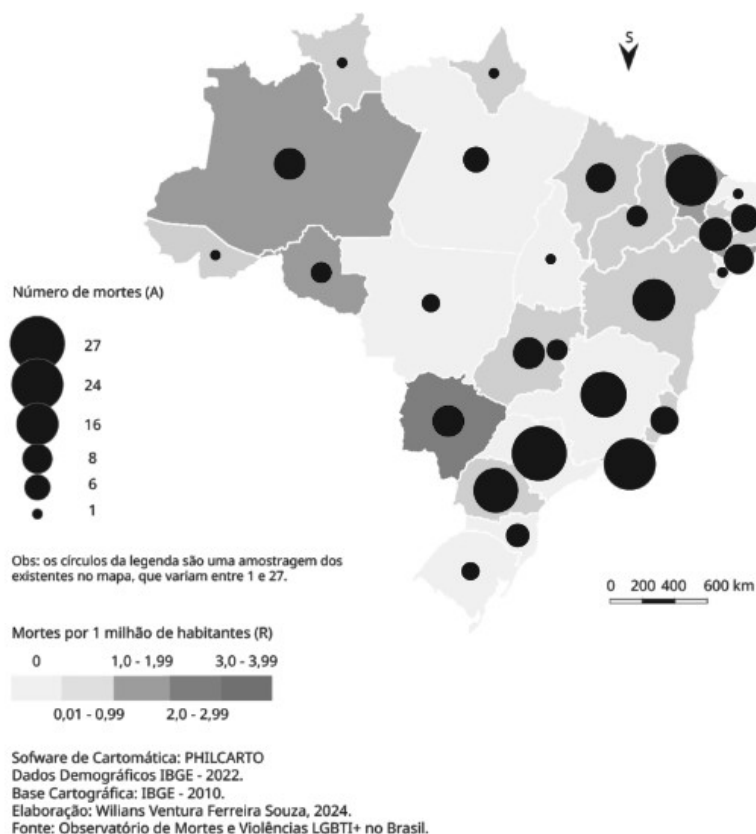


FONTE: OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS CONTRA LGBTI+ NO BRASIL, 2022.

Figura 4- Observatório de mortes por segmento em 2022.

<sup>9</sup> **Acontece – Arte e Política LGBTI+**, Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, cuja finalidade fundamental é defender e promover, por meio da política, arte e cultura, o direito à liberdade da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+. Uma organização independentes e suprapartidários.

Até o ano 2023, entre os estados que fizeram mais vítimas fatais com grupo LGBTQIAP+, estão no topo São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro. Quando levamos em consideração o número de vítimas por milhão de habitantes, a situação muda, e o nosso estado Mato Grosso do Sul torna-se o mais inseguro para as pessoas desse grupo, o estado passa a liderar o ranking nacional com 9 mortes por motivo de violência. Ou seja, uma taxa de incidência de 3,26 mortos por milhão de habitantes.



FONTE: OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS CONTRA LGBTQI+ NO BRASIL, 2023

Figura 5- Gráfico ranking de violência contra LGBTQIAP+ por milhão de habitantes.

Surpreendentemente ou não, infelizmente as violências só aumentam, foram antecipados os dados parciais de 2024 pelo OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS CONTRA LGBTQIAP+ NO BRASIL. Onde de janeiro de 2024 a 30 de abril de 2024 já foram 61 mortes. Entre os segmentos mais afetados desse grupo, estão o das mulheres trans e travestis com 40 vítimas, seguido de 9 vítimas gays, 3 bissexuais, 2 homens trans, 3 mulheres lésbicas, e 4 vítimas sem identificação da identidade de gênero e orientação sexual.

Outro fato relevante, é que tristemente de 2000 a 2023 já foram um total de 5865 mortes em função do preconceito. Para combater essa vulnerabilidade das pessoas LGBTQIAPN+, existem os direitos que fazem parte dos direitos humanos. E que são um conjunto de normas

que busca a segurança dessa população, e a garantia ao respeito e aos direitos fundamentais do indivíduo, como igualdade, justiça e liberdade. Partindo do reconhecimento do princípio da dignidade da pessoa humana.

Existem duas maneiras diferentes de fazer a análise. Uma levando em consideração os números totais (absolutos), em que o Brasil tem 41% de todos os assassinatos de pessoas trans do mundo, esse método é o empregado pelas Ongs e o TGEU e que o coloca como o país que mais mata travestis e transexuais do mundo (TGEU), exatamente por ter mais casos notificados; e outra levando em consideração o número populacional de pessoas trans no país. (BENEVITES e NOGUEIRA, 2019, p. 7).

Os espaços de acolhimento dentro das unidades escolares é um ponto forte e necessária para que as pessoas trans consigam relacionar as questões de preconceito e diferenças que sofrem diariamente. Como possibilidade de promover um diálogo respeitoso sobre o tema, e desenvolver iniciativas contra LGBTfobia<sup>10</sup>, com frequência e não apenas em dias específicos, destinados a essa pauta como o dia 17 de maio<sup>11</sup>, que foi escolhida como o Dia Internacional Contra a Homofobia, Tranfobia e a Biofobia, ou simplesmente Dia Mundial contra a luta LGBTfobia, e 28 de junho<sup>12</sup> que comemoramos o Dia Internacional do Orgulho LGBT. As abordagens referentes a gênero e sexualidade precisam ocorrer na perspectiva afetiva e social.

Assim como qualquer crianças e adolescentes, as pessoas transgêneros perpassam grande parte de suas vidas nos espaços educacionais. Porém, as relações vivenciadas por elas não são as mesmas. Levando em conta que os ambientes escolares ainda são bastante hostis às pessoas trans, muitos não chegam a concluir o Ensino Médio regular. Os fatores de hostilidade e desrespeito colaboram para indisposição desse grupo em frequentar as aulas. Entre os motivos do abandono escolar estão as dificuldades de usar o nome social e de frequentar o banheiro da escola que representa o seu gênero, além da falta de abordagem de pautas como transfobia ou LGBTfobia com os estudantes.

Continuaremos resistindo. Somos resilientes. Nossos corpos rasgarão essa sociedade como navalhas, derrubando seus padrões opressores e assassinos. Direito, visibilidade e respeito a todes os corpos transvestigêneros. Não recuaremos. E sim, avançaremos e venceremos por nós, porque está também será a salvação dessa sociedade pautada no machismo assassino da cisheteronorma. Por mim. Por nós e por todes. (SIQUEIRA, 2017, p. 170).

---

<sup>10</sup> O termo LGBTfobia é mais recente, normalmente, usa-se outro sinônimo para nomear o ódio à população LGBTQIA+: **homofobia**.

<sup>11</sup> Em 1990, a Organização Mundial da Saúde, retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças. E a data histórica, 17 de maio, foi escolhida posteriormente como o Dia Internacional Contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia, ou simplesmente Dia Mundial da Luta contra a LGBTfobia.

<sup>12</sup> A escolha deve-se ao fato de ter ocorrido, nesse dia, no ano de 1969, a rebelião de Stonewall Inn, quando os frequentadores do bar homoafetivo decidiram enfrentar a violência policial. O único lugar seguro para o público LGBTQIA+ da época até então, tornou-se o epicentro da marcha do orgulho no ano seguinte quando 10 mil pessoas se reuniram para celebrar o aniversário da rebelião.

Em 2018, houve a regulamentação do uso de nome social nas instituições de Educação Básica aprovada pelo Ministério da Educação. A partir daí, os jovens maiores de 18 anos podem solicitar o registro do nome social no ato da matrícula escolar, e menores de 18 anos precisam de autorização e assinatura das pessoas responsáveis, que algumas vezes não aprovam, não compreendem e negam esse direito ao menor.

O uso de banheiros, vestiários e demais espaços segundo a identificação de gênero também estavam garantido dentro das unidades escolares. Mas, lamentavelmente no dia 28 de fevereiro de 2024, a Comissão do Senado aprovou o projeto que proíbe o uso de banheiros nas escolas com base na identidade de gênero. Com a efetivação da proposta aprovada pela Comissão de Direitos Humanos as pessoas trans são impedidas, por exemplo, de usarem banheiros do gênero com o qual se identificam.

O agravante ainda é maior, pois promove multa aos administradores escolares que descumprissem. Logo, uma justificativa para aqueles que já não queriam que os banheiros fossem ocupados por quem precisa e se reconhece como tal.

Logo, se observa que faltam políticas públicas de permanência, que incentivem o combate à discriminação, não podemos deixar de citar a importância das formações continuadas para todos educadores escolares, transpassando desde o administrativo, tia(o) da limpeza e da merenda, docentes até a gestão escolar coordenação e direção.

### 3 TRANSGÊNEROS E TRANSEXUAIS

#### 3.1 O QUE SÃO PESSOAS TRANSGÊNEROS OU TRANSEXUAIS: COMPREENDENDO IDENTIDADES

“Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino.” (Butler, 2018, p. 21).

Desde criança somos instruídos, e na maioria das vezes obrigados a agir de uma certa maneira, ter uma determinada aparência e comportar-se de modo “adequado” com o nosso sexo biológico, e que a sociedade tem como aceitável e adequado. Esse processo é estabelecido desde a gestação, quando temos uma definição de sexo masculino ou feminino e a partir dessa definição as regras começam a ser estabelecidas, se for menino usará azul, se menina rosa e seguimos crescendo sendo ensinados a reproduzir padrões heteronormativos, homens são de um jeito e mulheres são de outro totalmente distinto, temos que ser membros legítimos do nosso gênero e nada além disso.

Iniciam com as definições heteronormativas de que os homens têm que ser fortes e mulheres delicadas, homens não usam maquiagem e mulheres não podem ter cabelo curto, definindo como se o “certo” fosse existir apenas dois tipos de pessoas, padronizadas, sem a possibilidade de mudanças que distinguem esse padrão, e se a natureza te fez como um homem ou mulher, é assim que deve ser.

A norma de gênero repete que somos os que nossas genitálias informam. Esse sistema, fundamentado na diferença sexual, nos faz acreditar que deve haver uma concordância entre gênero, sexualidade e corpo. Vagina-mulher-emoção-maternidade-procriação-heterossexualidade; pênis-homem-racionalidade-paternidade-procriação-heterossexualidade. As instituições estão aí, normalizando, policiando, vigiando os possíveis deslizes, os deslocamentos. Mas os deslocamentos existem. Apresentam-se. (Bento, 2006, p. 44).

Todo indivíduo é único, e ao mesmo tempo com características comuns a todas as outras, podendo ser sua etnia, idade, religião, gênero, entre outros fatores que destacam a diversidade humana. Mas o que nos define realmente como homens e mulheres? Seriam nossos cromossomos e órgãos sexuais? É obrigatória a concordância entre gênero, sexualidade e corpo? A nossa aparência, vestimenta e trejeitos? Ou o nosso sentimento de pertencimento, identidade e expressão?

O ser humano, é tão complexo para basear-se apenas na perspectiva biológica, é necessária uma visão mais abrangente para explorar outras dimensões, como as perspectivas psicológica, social, cultural, de gênero, sexualidade e diversidade.

Falar de gênero é “falar a partir de um modo particular de ser no mundo, fundado, de um lado, no caráter biológico do nosso ser, e, de outro, no fato da cultura, da história, da sociedade, da ideologia e da religião desse caráter biológico”. Nesse sentido o gênero possui uma função analítica semelhante àquela de classe social; ambas as categorias atravessam as sociedades históricas, trazem à luz os conflitos entre homens e mulheres e definem formas de representar a realidade social e intervir nela (Boff e Muraro, 2002. p.18).

Ao reforçar a complexidade das definições, que não se limitam a um único aspecto, mas de uma interação entre características biológicas, identidades de gênero internas e expectativas sociais. A compreensão moderna do gênero deve considerar essas múltiplas camadas e reconhecer a diversidade e a individualidade das experiências de gênero.

As convicções de masculino e feminino variam de acordo com as normas sociais, tradições e cultura de cada região. Por exemplo, na Escócia o uso dos kilts, que são saias de pregas em tecido xadrez tradicionais masculinas, é socialmente aceito pois se trata de uma tradição local. Tal como, na Coréia do Sul a beleza e cuidado pessoal é valorizado entre os homens, com participação em rotinas de cuidados com a pele e até mesmo o uso de maquiagem, algo que pode ser considerado falta de masculinidade em outras culturas. O que é visto como feminino ou masculino em uma região pode ser diferente em outra, refletindo a diversidade das construções de gênero ao redor do mundo.

Em algum momento das nossas vidas nos deparamos com situações de inversões de papéis pré definidos para cada gênero. Encontramos na história Joana D’arc, por exemplo que desafiou os papéis de gênero, mesmo sendo identificada e denominada como mulher ao nascer, usou roupas masculinas e assumiu o papel de líder militar durante a Guerra dos Cem Anos.

James Barry, um médico que em 1815 serviu o exército britânico, viveu sua vida sendo respeitado e admirado como homem, somente após sua morte que descobriram que Barry era na verdade uma mulher que havia vivido como homem para seguir a carreira médica em um período em que mulheres não eram aceitas na profissão.

Em 2013 uma mensagem das Nações Unidas para os Direitos Humanos, foi apresentada pelo Escritório das Nações Unidas para os direitos humanos, intitulada “Enigma”, que retrata o apoio contra as opressões, as discriminações e todas as formas de intolerância em relação as pessoas LGBTQIAPN+, que referenciava o dia 17 de maio de 2013, que é declarado o Dia Internacional contra a homofobia e a transfobia. Uma data simbólica, onde as pessoas de todo

o mundo mobilizam-se para falar de preconceito e discriminação a cerva da perspectiva da equidade.

O que existe em todos os cantos do mundo? Acolhido e celebrado em alguns países, mas ilegal em 76? O que está escondido por medo da vergonha pública, encarceramento, tortura, ou até, em sete países, a pena de morte? O que separa famílias? O que faz com que as pessoas enfrentem o risco de violência brutal diariamente? Que simples características fazem pessoas serem tratadas como cidadãos de segunda classe em todos os lugares a que vão? O que faz com que crianças sejam expulsas de casa, estudantes intimidados e expulsos das escolas e trabalhadores demitidos sem aviso prévio? O que existiu em todos os países ao longo da história, mas algumas pessoas ainda consideram “anormal”? A resposta? Ser gay. Ser lésbica. Bissexual. Transgênero. “Reprodução do trecho do vídeo do YouTube” (It Gets Better Portugal, 2013).

A identidade de gênero é uma expressão profunda e pessoal que vai além dos conceitos tradicionais de masculino e feminino. Se refere ao sentimento interno de ser homem, mulher, ambos, nenhum dos dois ou algo diferente e essa percepção pode ou não coincidir com o sexo atribuído ao nascimento.

É parte fundamental da nossa experiência individual e social. Não depende do que os outros pensam, ou do que é esperado socialmente, mas do que uma pessoa sente internamente em relação ao seu próprio gênero, e principalmente o que sente em relação a si próprio. A identidade de gênero é muito mais diversa do que podemos imaginar ou conceituar, e pode incluir uma ampla gama de identidades. Além das identidades binárias tradicionais como o masculino e feminino, existem outras identidades, como não-binário, gênero fluido, agênero (sem gênero), bigênero (dois gêneros) e mais.

Podendo começar a ser formada na infância e evoluir ao longo da vida. Algumas pessoas podem ter uma sensação clara de sua identidade de gênero desde cedo, enquanto outras podem explorar e entender sua identidade ao longo do tempo. A descoberta e a afirmação de sua identificação de gênero podem ser influenciadas por fatores como cultura, educação, experiência pessoal e interação social.

É imprescindível deixar claro a distinção entre sexo e gênero. Quando falamos de sexo, referente à identidade de gênero, estamos nos referindo às características biológicas e fisiológicas, que são atribuídas ao nascimento de um ser humano. Quando nos referimos ao gênero, estamos referenciando à identidade e expressão pessoal, que pode não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento. Como por exemplo, uma pessoa pode ser designada como feminina ao nascer (sexo), mas se identificar como homem ou uma identidade não-binária (gênero).

Então, podemos estabelecer que o que define uma pessoa é o fator social e não o biológico, varia de acordo com a sua autopercepção, como ela se identifica, e a forma que se

expressa socialmente. Sendo assim, a expressão de gênero refere-se à maneira como uma pessoa demonstra seu gênero de identificação para o mundo. Através da forma como se veste, se comporta, e se comunica enquanto sujeito. Pode ser concordante com a identidade de gênero ou não. Outro exemplo, bem claro quando uma pessoa se identifica como feminina e expressa sua identificação através de roupas e comportamentos associados ao feminino.

Quando essa identificação não foge ao tradicionalmente atribuídos pela sociedade cis heteronormativa, esses indivíduos não serão apontados ou recriminados por tal representação.

A vivência de um gênero diferente do que se esperaria de acordo com seu sexo de nascimento é uma questão de experiência identitária e expressão pessoal. Ao contrário do que se prega com falas desrespeitosas e preconceituosas mascaradas por fundamentos religiosos, ou generalismo heteronormativo, ou oriundo de frases como a “uma afronta a família, tradicional brasileira” não se trata de uma aberração, doença ou um transtorno mental, por isso não necessita de uma “cura”.

A crescente visibilidade e aceitação das identidades transexuais e de gênero não-binário têm contribuído para uma compreensão mais ampla e inclusiva das experiências de gênero.

Pessoas que se identificam com alguma das expressões da transgeneralidade enfrentam um primeiro desafio: reconhecer a si mesmas e fazer decisões pessoais sobre se e quando irão se apresentar aos outros da forma como se identificam. Cada um(a) tem o seu tempo. (Jesus, 2012, p.19).

No contexto que tange as discussões sobre gênero, os termos "transexual" e "transgênero" são frequentemente utilizados para descrever pessoas cuja identidade de gênero não se alinha com o sexo atribuído ao nascimento.

São aquelas que buscam alinhar suas características corporais com a identidade de gênero reconhecida por si mesmas, por meio de intervenções médicas, e cirúrgicas, ou não. Essas transformações podem incluir desde terapia hormonal e cirurgias de redesignação sexual. Com o objetivo de viver e se compreender enquanto sujeito em um corpo que corresponde ao gênero com o qual se identificam, o que pode envolver uma jornada complexa e profundamente pessoal.

Transgênero refere-se a indivíduos cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído ao nascimento. Por exemplo, uma pessoa que nasceu com o sexo designado masculino, mas se identifica e vive como mulher, é uma mulher transgênero. O termo "transgênero" é amplamente utilizado para englobar qualquer pessoa que se identifique com um gênero diferente do que foi atribuído ao nascimento, independentemente de ter passado ou não por um processo cirúrgico.

Transexual é um termo mais específico, e que menciona as pessoas que realizaram uma transição médica para alinhar seu corpo com sua identidade de gênero. Isso pode incluir tratamentos hormonais, cirurgias de redesignação sexual ou outros procedimentos médicos. É importante destacar que nem todas as pessoas transexuais passam por essas etapas e, portanto, a identidade transexual não está exclusivamente ligada a procedimentos médicos. Contudo, o termo pode ser mais frequentemente associado a aqueles que buscam essas mudanças físicas.

Além das identificações "transexual" e "transgênero", existem outros termos que refletem a diversidade dentro da comunidade LGBTQIAP+. Essas expressões são usadas para descrever experiências e identidades específicas. Como Femetrans, que se refere a uma pessoa transgênero que se identifica e vive como mulher. Em outras palavras, se trata de uma mulher trans. A terminologia "femetrans" é uma combinação das palavras "feminina" e "trans", destacando a identidade de gênero feminina de uma pessoa transgênero.

Assim como, Boytrans, que é o termo usado para descrever um indivíduo transgênero que se identifica e vive como homem. É uma combinação das palavras "boy" (menino em inglês) e "trans", enfatizando a identidade masculina de uma pessoa transgênero.

“Transexualismo” é a nomenclatura oficial para definir as pessoas que vivem uma contradição entre corpo e subjetividade. O sufixo “ismo” é denotativo de condutas sexuais perversas, como por exemplo, “homossexualismo”. Ainda na mesma lógica da patologização, o saber oficial nomeia as pessoas que passam pelo processo transexualizador de mulher para homem, de “transexuais femininos”, e de homem para mulher, de “transexuais masculinos”. (Bento, 2006, p.44).

É fundamental que, ao abarcar os debates de identidades de gênero, o respeito e a compreensão sejam priorizados. As preferências de termos podem variar entre indivíduos e o mais importante é usar a terminologia que cada pessoa se reconhece, como referir-se como pronome correto a qual a pessoa se vê. E perguntar também, por qual pronome essas pessoas se reconhece, assim não levará o debate para um local de destituição de pertencimento, de qualquer pessoa.

Esse respeito é essencial, para promover a inclusão e a dignidade no diálogo sobre gênero. Além disso, a identidade de gênero é uma parte integral da vida de uma pessoa e deve ser abordada com sensibilidade, apoio e respeito incondicional.

Podemos sublinhar que existem sexualidades que envolvem a atração por indivíduos de gêneros iguais, diferentes ou por mais de um gênero – sendo designadas, respectivamente, como homossexualidade, heterossexualidade e bissexualidade – e identidades de gênero que podem corresponder ou não com as expectativas sociais sobre o sexo atribuído ao nascimento – sendo designadas, respectivamente, como cisgênera ou transgênera. (Bagagli, 2017, p. 138).

Levando em consideração que o sexo não é estritamente binário, visto que existem pessoas intersexuais que nascem com características físicas que não se encaixam perfeitamente nas categorias tradicionais de masculino ou feminino. Recentemente tivemos um exemplo que foi muito debatido e comentado no esporte, a boxeadora Imane Khelif de 25 anos, que representou a Argélia nas Olimpíadas de Paris 2024, uma pessoa intersexo. A boxeadora sofreu com ataques e campanhas intensas de bullying, ao ser questionada após um episódio de elegibilidade de gênero.

A atleta, foi desclassificada do Campeonato Mundial Feminino de Boxe de 2023, organizado pela Associação Internacional de Boxe (IBA), liderada pela Rússia, após ter tido resultados insatisfatórios em testes de elegibilidade de gênero não especificados. Não existem provas de que a atleta possua cromossomos xy ou níveis elevados de testosterona em seu organismo, Khelif nasceu mulher e é como tal que ela se identifica.

O caso da primeira atleta trans da superliga brasileira de voleibol Tiffany, em 2019. Também ficou na memória triste do esporte. Quando a atleta foi atacada por ser uma mulher trans, e que mesmo estando dentro das regras de elegibilidade do esporte, passou por diversas ofensas e desrespeito.

Socialmente é compreendido por orientação sexual a atração emocional, romântica, ou sexual que uma pessoa sente em relação a outras pessoas. É também, sobre para quem esse alguém se atrai, e essa atração pode ser influenciada por inúmeras combinações de fatores biológicos, psicológicos e sociais. Sendo elas, heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual ou assexual.

Pode se definir uma pessoa heterossexual, como aquela que tem atração por pessoas do sexo oposto. E homossexual, aquela pessoa que se sente atraído por sujeitos do mesmo sexo. As pessoas bissexuais, são aquelas que manifestam atração por pessoas de ambos os sexos. As pessoas pansexuais tem atração por pessoas, independente do gênero que se afirmam ou do sexo biológico. As pessoas assexuadas, são aquelas que experimentam pouca ou nenhuma atração sexual.

A orientação sexual de uma pessoa não se relaciona com a sua identidade de gênero, indivíduos homossexuais e bissexuais têm sua percepção interna e pessoal de ser homem ou mulher correspondente ao sexo atribuído ao nascimento.

Saliento, que não é porque uma pessoa não se identifica com seu gênero de nascimento que automaticamente ela será considerada homossexual. Assim como as pessoas cisgêneros, indivíduos transgêneros podem ter qualquer orientação sexual que o faça sentir afetividade.

Ou seja, uma pessoa trans pode ter quaisquer das orientações sexuais, dependendo do gênero em que ela se reconhece, e do gênero em que se atrai afetivo sexualmente. Como por exemplo: uma mulher trans que sente atração por homens é considerada hetero. Da mesma forma que um homem trans que se sente atraído por mulheres é considerado heterossexual. O mesmo raciocínio segue para mulheres trans que são atraídas sexualmente por mulheres, as considerando homossexuais. Assim como com os homens trans que se sentem atraídos por outros homens, são considerados homossexuais.

### 3.2 TRANSIÇÃO DE GÊNERO: REPRESENTATIVIDADE E CONSTRUÇÃO

É fato que o sexo é designado no nascimento, baseando-se nas concepções do “padrão” folcloricamente atribuído a sociedade. Já a orientação sexual, tem suas marcas mais expressivas na adolescência, onde as primeiras experiências afetivas aparecem. E passam a fortalecer afirmações em meio a tantas informações que os ambientes trazem, assim como fortificam as dúvidas sobre determinados sentimentos que soam confusos, e até preocupantes, que são medidos pela régua social. É claro, porque não a preocupação com a falta desses sentimentos que, “todos” deveríamos sentir.

Apesar de ser muito difícil de precisar, de forma geral, pesquisas realizadas com pessoas transexuais e observação em crianças, afirmam que o gênero é descoberto na primeira infância, através da percepção da criança entre pai e mãe, avó e avô e convivência social. Ambientes sociais e familiares, onde ocorrem também as segregações, apesar da luta constante contra essas ações, e o machismo estrutural é posto como natural, é comum que pessoas passem por toda sua infância, adolescência tentando se encaixar, e confrontando a si mesmo o tempo todo que é necessário aprender a viver com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento. Para Colling (2018), para que se consiga compreender identidade de gênero antes de tudo é preciso entender o que é identidade.

[...] Ao responder essas questões uma determinada pessoa poderá dizer, por exemplo, que é uma mulher brasileira, alta, negra, residente da periferia de Salvador, que lutou muito para estudar, que torce pelo Bahia e que gosta de pagode. Esse breve texto descreve as identidades dessa pessoa (de ordem nacional, de gênero, territorial, escolaridade, esportiva e musical). Além disso, também nos dá pistas sobre como a cultura na qual ela vive interfere e interferiu profundamente nessas características com as quais ela passou a se identificar. É por essas e outras coisas que os estudos sobre as diversas identidades que existem em nossa sociedade tendem a defender que as nossas identidades são culturais, ou seja, elas não são completamente inatas, naturais ou determinadas por algum componente genético. (COLLING, 2018, p. 9).

Essas pessoas levam décadas para compreender que estão cometendo um crime consigo mesmo e não com a sociedade, quando se culpam, se odeiam, se julgam por não ser o que a sociedade padronizou. Mas sim, por ser mais do que a sociedade esperava que fossem, e quando se libertam dessas amarras sociais e pejorativas, e param de fingir ser o que não são. Passam a doar o melhor de si para si próprio, e cabe a toda sociedade compreender e acolher. Infelizmente nesse intermeio, muitas dessas pessoas não chegam ao seu propósito de vida, algumas comentem o suicídio oriundo da depressão, da solidão, da exclusão familiar outros por serem assassinados de todas as maneiras pelo preconceito social. Antes de qualquer coisa, é dever de todos zelar pela saúde mental e física de qualquer ser humano.

Em pleno século XXI, diante de tanta informação e representatividade os fatores de risco de não se encaixar na caixa heteronormativo ainda é muito grande. Isso não quer dizer que os estudos, as pesquisas e os aprendizados serão deixados de lado por medo do que pode se acontecer. Ao contrário à vontade, a coragem, a força e determinação persistirá fortalecendo os levantamentos de dados, e alimentando as discussões a certa dos gêneros.

Engajadas no corpo, transformadas em caráter profundo dos indivíduos, as extravagâncias sexuais sobrepõem-se a tecnologia da saúde e do patológico. E, inversamente, a partir do momento em que passam a ser ‘coisa’ médica ou medicalizável, como lesão, disfunção ou sintoma, é que vão ser surpreendidas no fundo do organismo ou sobre a superfície da pele ou entre todos os signos do comportamento (FOUCAULT, 2003, p. 44).

A transgeneridade é um termo conhecido como guarda-chuva<sup>13</sup> que inclui todas as possibilidades de variações de gênero. Não se trata de uma doença, muito menos o comportamento feminino ou masculino não é diagnóstico de variabilidade de gênero ou de transgeneridade. A forma de ser ver e se perceber, e dizer a uma pessoa que ela não é quem ela diz e sente ser é um crime bárbaro, que um indivíduo sofre. Concordo com Colling (2018) quando afirma que é muito difícil separar por completo as questões que tangem a sexualidade das de gênero.

Todas as categorias são constituídas politicamente em função da melhoria de vida social de determinado grupo, e o rompimento da colonização cis masculina e branca, por parte das categorias que lutam pelo direito de equidade contra os grupos que exercem o domínio sobre a maioria, quebra com conceito de que sujeitos possuem o direito de saber sobre o outro.

O direito à autodeterminação de gênero para alteração do nome e gênero na certidão de nascimento, e a não vinculação de redesignação sexual, é um grande avanço frente aos debates das políticas públicas. No dia 15 de agosto de 2018, o Plenário do Supremo Tribunal

---

<sup>13</sup> Termo que indica que o conceito se refere a uma grande quantidade de possibilidades, se constituem em oposição a cisgeneridade. Logo, aquele que não se identifica com o gênero socialmente designado.

Federal deu parecer favorável ao processo de alteração de registro civil de homens trans, mulheres trans e travestis. Permitindo que a mudança do prenome<sup>14</sup> e do gênero seja feita através de um processo administrativo, diretamente no cartório, sem a necessidade, como acontecia até então, de um processo judicial e decisão favorável do juiz. Independente da realização do procedimento cirúrgico.

Com o Provimento nº 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça, passou a assentir a alteração do prenome e do gênero nas certidões de nascimento e casamento de pessoas transgêneros. Reconhecendo como direito constitucional de registro à pessoa transgênero.

Segundo Ferreira (2019), o direito ao nome está amparado pela Constituição de Federal de 1988, e leva em consideração o princípio da dignidade da pessoa humana e do código civil, e é imprescindível para existência da pessoa humana.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. (BRASIL, 1988, sem paginação).

Essa passagem do artigo 5º da Constituição Federal reforça que o direito a “igualdade”, a “vida”, a “liberdade”, a “segurança”, como direitos fundamentais de todos os indivíduos sem distinção. Em função da diversidade de debates envolvendo sexo e gênero, o Conselho Nacional de Justiça elaborou uma síntese sobre o conceito de sexo, gênero, identidade de gênero e sexualidade. Com intuito de esclarecer para todos as possíveis conjecturas que estão em torno dessa discussão e que auxiliassem os magistrados diante das tratativas assertivas e respeitosas sobre o tema.

Sexo	Referente a características biológicas (órgãos sexuais e reprodutivos, hormônios, cromossomos) dos seres humanos utilizadas para categorização (macho/fêmea).
Gênero	Referente a características socialmente construídas, muitas vezes negativas e subordinatórias, atribuídas artificialmente aos diferentes sexos, a depender das diversas posições sociais ocupadas por membros de um mesmo grupo.
Identidade de Gênero	Identificação com características socialmente atribuídas a determinado gênero, mesmo que de forma não alinhada com o sexo biológico de um indivíduo.

<sup>14</sup> O prenome é o nome que vem antes do sobrenome (nome de família), como por exemplo ‘Soraya Batista’, em que ‘Soraya’ é o prenome e ‘Batista’ é o sobrenome. A lei aprovada em 2018, modificou os artigos 56 e 57 de uma legislação de 1973, a Lei dos Registros Públicos. Que até então, exigia justificativa e impunha restrições para as mudanças. Agora a alteração de nome poderá ser realizada diretamente nos Cartórios de Registro Civil, sendo fundamental a apresentação de certidões e de outras documentações necessárias, como documentos pessoais (RG e CPF) e não sendo exigida autorização judicial.

Sexualidade	Referente à atração sexual e afetiva de um determinado indivíduo (pessoas que se atraem pelo mesmo gênero são homossexuais; pessoas que se atraem pelo gênero oposto são heterossexuais; e pessoas que se atraem por ambos os gêneros são bissexuais).
-------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Figura 6 - Quadro Síntese – Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero. Usado para auxiliar os parlamentares no momento de votação.

### 3.3 EDUCAÇÃO PARA TODOS: UMA ABORDAGEM POSSÍVEL E NECESSÁRIA

Pensar na educação como um divisor de águas para qualquer sujeito, não é uma mera frase bonita, e sim uma realidade social que vai de encontro com a construção moral e social de um indivíduo pertencente a sociedade. Que pode auxiliar no combate às desigualdades sociais e econômica do país, proporcionando oportunidades “iguais” para todos(as/es).

Ao tratar sobre a importância da educação na vida de uma pessoa, logo se pensa na importância da formação para o mercado de trabalho, para a universidade ou para um concurso público. Mas vai além disso, trata-se de criar o caráter crítico de cada um de nós, que vai além das paredes das salas de aula. Não estou dizendo que as disciplinas ensinadas nas escolas não são de extrema importância para o conhecimento geral. Ao contrário, concordo que são de fato importantíssimas para a formação básica. Porém, o acesso a informações, como notícias, informações de cunho social também fazem parte do aprendizado.

Estudos apontam que a construção de caráter humano se inicia com o contexto familiar, sendo nossa primeira escola. E com ela, aprendemos o que é certo e errado, segundo as normas familiares, visto que nos baseamos nas orientações desse grupo para agirmos. Infelizmente, nem todas as pessoas tem experiências positivas com essa primeira educação.

Em seguida na vida escolar contemporânea é apresentada a criança com propósito de fomentar os aprendizados trazidos consigo do berço familiar, e da sociedade que os rodeiam, diferente da educação tradicional de ensino/aprendizagem onde os estudantes eram considerados seres vazios, aguardando o aprendizado fragmentado, e que não valorizavam as bagagens pessoais e aos educadores sendo considerados como centralizadores do conhecimento. Paulo Freire em seu livro “Pedagogia do oprimido” criticou esse método o deixando conhecido como “educação bancária”, onde os professores depositavam conhecimento, e os estudantes apenas recebiam.

Não é de estranhar, pois, que nessa visão ‘bancária’ da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quando mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhe são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos. (FREIRE, 2018, p. 83).

Contudo, independentemente de qual seja o método educativo proposto pelas unidades escolares, é nosso dever considerar a relação professor-estudante, bem como um protagonismo do mesmo direcionada ao diálogo, discussão de pensamentos, construção do seu próprio conceito ou teoria, pesquisas, tudo isso mediados pelas vivências e experiências de mundo. Sem esquecer que, para se ter um ensino significativo, é necessário também investir nos valores pessoais, na construção do caráter do educando.

Logo, é fundamental compreendermos que todos nós temos um papel de suma importância e responsabilidade para o protagonismo dos estudantes, enquanto sujeitos pensantes. Devemos agir enquanto educadores como agentes transformadores que não aceitam as mudanças de forma passiva, mas sim ser responsáveis por essas mudanças.

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os 'argumentos de autoridade' já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. (FREIRE, 2018, p. 95 e 96).

Ao transmitir durante o ensino os valores éticos e morais, a escola está construindo não apenas indivíduos melhores, mas uma sociedade melhor. Para tanto, a educação é essencial na formação do caráter da sociedade, pois é por meio dela que as pessoas podem tornar-se cidadãos mais justos, conscientes e comprometidos com o mundo que os rodeiam.

Considerando que as discussões sobre gênero e sexualidade na escola, pode e deve contribuir para o acolhimento dos estudantes transexuais, partindo das coletas de dados sobre o acesso e permanência desses grupos na educação básica.

Concordo com Rubens Alves (2000), quando ele descreve a escola como um ambiente que deve ser prazeroso, alegre e repletos de interações em seus corredores, elaborados pelos estudantes que reflitam suas reflexões e falem por si só. Os educadores devem estar atentos e abertos as novidades e atualizações metodológicas que os cercam.

Os métodos clássicos de tortura escolar como a palmatória e a vara já foram abolidos. Mas poderá haver sofrimento maior para uma criança ou adolescente que ser forçado a mover-se numa floresta de informações que ele não consegue compreender, e que nenhuma relação parece ter com sua vida? (ALVES, 2000, p. 18).

Considerando que a educação nas escolas deve corroborar com as metodologias direcionadas ao diálogo, construções de conceitos e pesquisas mediadas pelas vivências e experiências do mundo. Não esquecendo que para um ensino significativo, é de suma importância que se invista nos valores pessoais, e na construção do caráter do estudante.

Os técnicos em educação desenvolveram métodos de avaliar a aprendizagem e, baseados em seus resultados, classificam os alunos. Mas ninguém jamais pensou em avaliar a alegria dos estudantes – mesmo porque não há métodos objetivos para tal. Porque a alegria é uma condição interior, uma experiência de riqueza e liberdade de pensamentos e sentimentos. A educação, fascinada pelo conhecimento do mundo, esqueceu-se de que sua vocação é despertar o potencial único que jaz adormecido e cada estudante: a alegria. (ALVES, 2000, p. 19).

Diante disso, é possível afirmar que não há educação integral de um sujeito sem observar o entorno desse indivíduo. E que além disso é muito importante que os educadores estejam abertos para as atualizações e reestruturações do contexto social. Não basta que um estudante consiga aprender apenas os conceitos teóricos da educação, cálculos e conteúdo que ele consiga promover a conscientização sobre os valores da vida, em prol de uma sociedade potencializada verdadeira equidade para todos os pertencentes a qualquer que seja o grupo.

### 3.4 O USO DO NOME SOCIAL PARA ESTUDANTES TRANSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E QUEER: NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE MATO GROSSO DO SUL.

Os direitos ao uso de nome social por pessoas transexuais, queer e transgêneros representam uma conquista importante na luta pelos direitos civis e pela dignidade social desses indivíduos. Historicamente, o reconhecimento do nome social tem caracterizado grandes desafios, como por exemplo as inúmeras situações de constrangimentos ao terem seus nomes de registro utilizados, o que não condiz com sua identidade de gênero.

Desde a constituição de 1988, já se tratava as questões do respeito e a promoção da igualdade, exonerando qualquer possibilidade de preconceito, tais como de raça, origem, sexo e idade. Inclusive no artigo 5º, inciso XLI, onde o estado garante a inviolabilidade do direito à vida. Ou seja, qualquer discriminação que atente aos direitos humanos e a liberdade deve ser punida com a lei.

A atribuição do nome social no cotidiano dessas pessoas, e principalmente nos ambientes escolares de educação básica é uma expressão do respeito à autodeterminação de gênero, permitindo que pessoas transexuais, queer, e transgêneros possam ser reconhecidas socialmente pelo nome que lhes representam enquanto sujeito pertencente a sociedade, contribuindo para a redução da discriminação e da marginalização.

Em 2018, por decisão do Supremo Tribunal Federal faz-se valer em suas atribuições legais pela resolução do Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação nº 01 de janeiro de 2018 que reconheceu o direito ao uso do nome social por pessoas transexuais com

maior idade. Apesar dessa alteração na legislação brasileira, não se alcançou integralmente a evasão escolar desse grupo resultante das discriminações, violências e assédios morais. Essa mesma legislação representa os estudantes menores de 18 anos e considera a evasão um atentado aos direitos a educação, e principalmente assegura o respeito a diversidade.

No Brasil, a legislação referente ao uso do nome social na educação básica que busca garantir o respeito à identidade de gênero dos estudantes, reconhecendo a importância do nome pelo qual se identificam. Em 2016, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Resolução nº 12/2015, que orienta as instituições de ensino a adotarem medidas que assegurem o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares, documentos oficiais e eventos acadêmicos.

A Resolução tem como propósito principal para combater a discriminação e o preconceito no ambiente educacional, e promover a inclusão e o respeito à diversidade. Além disso, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCND/LGBT) publicou, em 2018, uma recomendação para que as escolas adotem medidas que facilitem a inclusão do nome social nos registros e documentos escolares, reconhecendo-o como um direito fundamental de cada indivíduo.

Contudo, e com base nas informações adquiridas em relação as condições de registros desses estudantes, existem vertentes, e situações que podem e devem ser revistas junto aos órgãos responsáveis pelas matrículas iniciais dos estudantes. Assim como, com a organização documental desses estudantes que por qualquer que seja o motivo fazem uso dos nomes sociais. Principalmente os grupos que tange essa dissertação.

No contexto atual das escolas públicas de Campo Grande capital de Mato Grosso do Sul, pode-se afirmar que a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que responde pelas matrículas no âmbito das escolas municipais não possui normatização própria, seguindo a Resolução n. 01 de 19 de janeiro de 2018 do Conselho Nacional de Educação.

Apesar de não possuírem uma normatização referente ao ato da matrícula, e a postura que se tomará em relação a essa demanda, é importante salientar que o Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025), aborda o tema “Diversidade Sexual e Gênero”, de forma sucinta informa a importância dessa tratativas nas unidades escolares, valorizando a “qualidade de vida que cada um pode ter”, e reforça que esse documento é voltado para as ações de cidadania e exclusão das atitudes discriminatórias, um breve avanço. Considerando que os anterior PME 2007-2016 sequer tratou desta temática acerca da sua importância.

A Lei nº 4.508, de 31/08/2007, a qual aprovou o PME previsto para vigorar até 2016, conforme seu art. 3º, embora revolucionária do ponto de vista da construção democrática, sequer tratou especificamente de necessidades inerentes à população minoritária LGBT, de modo que, em face dos frequentes impasses, dados de violência e da crescente visibilidade da diversidade sexual no âmbito escolar, tal norma pode ser considerada inconstitucional do ponto de vista da efetivação dos direitos individuais pelas garantias dadas na Constituição Federal. (PME (2015- 2025), 2015, p. 74 e 75).

Contudo, não se refere como nesse período entre 2015 a 2025, seriam abordados os temas da diversidade nas pautas de formação continuada, que tenha validade para o avanço contra o preconceito, a evasão escolar desse grupo. Já que o próprio documento afirma que o bullying homofóbico e as agressões verbais e físicas são a maior causa da evasão no período escolar por parte das pessoas LGBTQIAP+ no Brasil.

De acordo com a Pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil (2009), esta realidade também se enquadra no ambiente escolar. Entre os dados obtidos, ressaltamos alguns que consideramos importantes: 87% da comunidade escolar (alunos, professores e pais) têm algum grau de homofobia; 60% dos professores admitem não ter base para lidar com a diversidade sexual; 39% dos estudantes do sexo masculino não gostariam de ter um colega homossexual em sua classe; 27% dos alunos homossexuais e bissexuais relatam sofrer ou já ter sofrido preconceito e discriminação por sua orientação sexual. (PME (2015- 2025), 2015, p. 72 e 73).

Vale reforçar que um novo PME que irá atuar por mais 10 anos, deve estar sendo formulado, estudado e analisado nesse momento. Então, que sejam pensados nas políticas públicas de eficiência como, inicialmente formações continuadas não somente para os professores, mas para toda comunidade escolar. Que poderá dessa forma possuírem bases para lidar com a diversidade sexual e as novas conjecturas sociais.

Assim como encontros com os familiares dos estudantes, onde serão tratadas questões referentes a diversidade sexual e de gênero, não somente nas escolas onde estão matriculados esses sujeitos, mas em todas as unidades escolares. Reafirmando a importância do respeito, ao que tange esse grupo, e reforçando que a escola é laica. Não difere indivíduos por sua etnia, religião, classe econômica, classe social, e muito menos por sua identidade de gênero ou sua sexualidade. E que essas tratativas, não são temas de ideologia, mas sim de cidadania.

Dessa forma, aos poucos a discrepância nas matrículas, tratativas durante o ano escolar começariam a acolher esses grupos de forma homogênea com os demais grupos.

Em relação a Secretaria de Estado de Educação (SED) do Mato Grosso do Sul, o avanço é um pouco maior. Há a Resolução/SED nº 3.443, de 17 de abril de 2018, que dispõe sobre o uso e o registro do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais nos documentos escolares e dá outras providências. Toda via é importante ressaltar que mesmo possuindo a resolução que adequa o nome social, as unidades escolares ou

melhor as secretarias das escolas, não foram padronizadas para o referido registro. Ou seja, as informações que relacionam a atribuição dos nomes sociais, são preenchidas simplesmente para seguir a normativa e não para a interação e respeito aos estudantes pertencentes ao grupo LGBTQIAPN+. Visto, que cada escola realiza de uma forma os registros escolares desses estudantes. Algumas colocam no cadastro o nome de registro, retirado da certidão de nascimento do estudante e posteriormente fazendo uso de parêntese, traço ou outra forma de separação colocam o nome social do estudante. Outras iniciam com nome social e posteriormente o nome de registro. Causando assim confusão entre os professores que na maioria das vezes não lecionam em apenas uma unidade escolar, e acabam por confundir ou não conseguir associar qual nome seria que contempla o sentimento de pertencimento do estudante.

Outra situação que causa um enorme desconforto nos estudantes que utilizam o nome social, é a lista colocada nas portas das salas ou nos portões de entrada no primeiro dia de aula. Decorrente dessa discrepância no ato da matrícula, os nomes aparecem no formato pejorativo como por exemplo: “Soraya Maria Batista da Silva (João Batista da Silva)”, onde a informação fica sem consistência, e a tendência é criar de imediato uma reação de não pertencimento, de vergonha, e pior de piadas de cunho ofensivo.

E por que não aparecer somente o nome social? Já que é uma informação para todos, para representar um sujeito em seu pleno direito de representatividade.

Ao navegarmos pela plataforma de matrícula digital da Secretaria Estadual de Educação (SED): <https://www.matriculadigital.ms.gov.br/MatriculaDigital/Home>, é possível analisar que ao navegar para o preenchimento das informações existem algumas situações a serem revistas e analisadas. Ao navegar como preenchedor o próprio estudante aparece as seguintes informações, no que se refere a questão do nome social, é referenciada a Resolução/SED nº 3443, ao passar o mouse sobre o espaço a ser preenchido, aparece o significado de nome social e logo é possível colocá-lo. Ao passo que vai continuando a escrita, aparece a questão do sexo, nesse ponto estaria sendo referenciado o sexo que lhe foi atribuído no nascimento. E aí, deve se tomar cuidado e lembrar que as matrículas são realizadas pelo registro de nascimento. Então, poderia ser mais clara essa condição de informação.

**Dados Pessoais do Estudante**

Nome Completo  
E [REDACTED]

Requerer o registro de nome social conforme previsto na Resolução/SED nº 3.443, de 17 de abril de 2018, que dispõe sobre o uso e o registro do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais nos documentos escolares?\*

Sim ▾

Nome Social\*  
[REDACTED]

Requerer o nome afetivo, conforme a Lei n.5210, de 12 de junho de 2018, que identifica a criança ou o adolescente nos casos de adoção.\*

Selecione ▾

Data de Nascimento: 12/06/1998

Sexo\*  
Selecione ▾  
Feminino  
Masculino

Tipo Nacionalidade\*  
selecione ▾

Estado Naturalidade\*  
Selecione ▾

Estado Civil\*  
Selecione ▾

Cor/Raça\*  
Selecione ▾

Fator sanguíneo  
Selecione ▾

Doador de Sangue  
Não x ▾

Figura 7- Imagem da plataforma de pré-matrícula digital SED para estudantes do Ensino Básico.

Por conta da falta de informação da importância do nome social, ou o que significa para o estudante. Ou até mesmo por incompreensão familiar, erro de interpretação podem ocorrer diversas situações. Como por exemplo, o relato pessoal que deixo aqui com intuito de salientar a importância da formação continuada para os servidores da educação em geral, em relação a relevância do nome social para comunidade e as relações com as pessoas que utilizam, assim como a comunicação com a comunidade familiar da escola.

No início do ano letivo de 2023, em uma determinada Escola Estadual de Campo Grande – MS, que prefiro preservar os dados, na região central da cidade, no ato da confirmação da matrícula a servidora que trabalha na secretaria, não se atentou as informações contidas no preenchimento da pré matrícula, que é realizada pelos responsáveis direto no portal de pré matrícula como salientado anteriormente, e não confirmou todos os dados e as informações contidas no registro com a responsável da criança. E por fim, efetivou a matrícula de um estudante do 7º ano, sexo masculino, cisgênero. Como uma pessoa transgênero.

Então, vamos ao breve relato desse ocorrido. No primeiro dia de aula do ano escolar de 2023, entrei na sala de aula, e como de costume me apresentei, contei minha trajetória até ali, para que os estudantes novos pudessem me conhecer, e se sentir colhidos na unidade escolar e dei as boas-vindas. E como de costume, havia pego uma impressão da lista dos estudantes para chama-los pelo nome, e saber um pouco mais de suas trajetórias até a chegada naquela escola.

Com aqueles que já eram estudantes na unidade, conversamos um pouco sobre como foram as férias, e o que esperavam para o novo ano letivo. Enfim, uma demonstração de afeto. E como de costume, sempre observo se tem alguma informação a mais como o nome social em

parênteses ou traço, e ali estava um nome, seguido de parênteses. Então me atentei que seria uma menina trans, pelo que a lista me informava. Aí logo lembrei, que se tratava daquela estudante que no dia da jornada formativa, eu coloquei em pauta que pela matrícula se aparentava ser uma menina trans, fiquei feliz por ser eu a primeira professora a acolhê-la.

Ao chamar diretamente pelo nome social, um completo silêncio pairou na sala de aula, ninguém sabia quem era. Deduzi, que “a estudante” não estava presente, passei para a próxima criança e logo o sinal de final da aula bateu. No intervalo, após as aulas da manhã fui na sala dos professores e perguntei sobre a acolhida e recepção deles na referida sala, todos disseram que “a estudante não estava presente”. No outro dia a mesma coisa aconteceu, “a estudante não estava presente”, porém no final da chamada, ao finalizar as boas-vindas a todos e antes de iniciar as atividades de revisão e de diagnóstica como de praxe, perguntei: “muito bem, antes de começar tem alguém que não chamei pela lista?”. Pois, havia percebido um garotinho no fundo da sala que não havia se apresentado e eu não sabia nada sobre ele ainda. Sem surpresas ele levantou a mão, então eu perguntei seu nome do meio da sala de aula, e todos se viraram para ele, que respondeu seu nome. E para minha surpresa era aquele nome que estava antes do nome que vinha em parênteses, ele não tinha traços femininos, tão pouco usava vestes femininas.

Eu pensei por alguns segundos no que fazer. Naquele momento a única coisa a fazer era perguntar sobre sua origem, de que escola veio, sua família, sua idade, o que esperava do ano letivo na escola nova, e assim o fiz. Após ele responder com a voz tímida, dei sequência no restante da aula que já estava pelo fim. Quando o sino bateu, era para o intervalo. Corri na direção da secretaria, e pedi para o secretário geral me mostrar a matrícula da criança, e expliquei a situação, ele mais que prestativo como sempre, trouxe as informações da referida matrícula. E mais uma vez, para minha surpresa o nome que estava em parênteses era o da mãe daquele estudante.

Logo, com base naquela informação, pedi que os demais professores que fossem entrar naquela sala não realizassem a chamada oral como de costume, que passasse uma lista de presença para que os mesmos preenchessem seus nomes, e posteriormente os professores fizessem o registro da presença. Na sequência, entramos em contato com a responsável pelo estudante, que prontamente foi até a unidade escolar. relatei que na matrícula da criança havia uma situação de solicitação de uso do nome social, mas que a criança não se reconhecia como tal. Ressalto que utilizei o pronome masculino, já que a criança não respondia pelo nome social descrito, apenas pelo de registro conforme já havia presenciado em sala.

Então, nesse momento fui surpreendida novamente junto com o secretário, pela indagação da mãe do estudante: “Mas professora, o que é nome social? Porque na hora de preencher não sabia o que era daí meu esposo falou para eu colocar meu nome”. Naquele momento percebi que se tratava de uma pessoa sem esclarecimentos sobre a tratativa, com muita paciência explicamos a ela a importância do nome social para determinados grupos, e que pelo visto não era o caso do filho dela. Expliquei também, da possibilidade de colocar o nome afetivo quando se trata de uma adoção, que obviamente, também não era o caso dela.

Então eu perguntei se quem havia realizado a confirmação da matrícula da criança não havia conferido com ela sobre essa situação, e ela humildemente respondeu: “Quando chegamos aqui para confirmar a moça que nos atendeu não falou que tinha nada errado, então achei que tínhamos preenchido tudo que precisava.

Só agora a senhora está me falando que fiz errado, mas professora quero deixar claro que não tenho preconceito, e nem tive a intenção de magoar alguém, pelo contrário, acho que todos tem o direito de ser quem e o que quiser”. Logo, acalmei a mãe, e informei que estava tudo bem, e que resolveríamos a situação para que nem o filho dela fosse chamado por um nome que não o representa, muito menos que passasse por algum constrangimento por esse motivo.

Rapidamente retiramos as listas de todas as salas do mural de entrada, o secretário geral prontamente retificou a matrícula e imprimimos novos registros de sala para os professores. Isso tudo serviu para que no ato da confirmação fosse abordado o tema na unidade escolar, já que a questão do sexo no caso de ser o de atribuído no nascimento pode causar também confusão, ou constrangimento ao abordar. Ao questionarmos a atendente da secretaria que efetivou a matrícula, a mesma relatou que viu a solicitação de uso do nome social, e como não se sente esclarecida sobre o assunto, e nem confortável em abordar essas situações, preferiu ficar em silêncio e apenas registrar a solicitação e confirmar a matrícula. Esse ocorrido comprova, sem sombras de dúvidas, que a falta de informação, somada a falta de capacitação no sentido de reafirmar a importância do tema gera uma situação de descaso por parte de alguns profissionais.

Não basta ter Resoluções direcionadas a diversidade, é necessário formação, capacitação, esclarecimento aos nossos colegas servidores. Pois, não há formação nesse sentido. E quando não abordamos o tema com afinco que a pauta merece, acabamos por desqualificar a relação de pertencimento dos indivíduos na escola.

O Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, de 2014 a 2024, destaca em seus documentos, a pretensão de formações direcionadas as pautas de diversidade e gênero. Até o

fim da vigência desse documento. É importante reforçar, que o documento está no fim de sua vigência e seria o momento para reformular essa abordagem de forma qualitativa.

Ressalte-se que a formação inicial e a continuada, acima mencionada, devem propiciar, dentre outros: sólida formação teórica nos conteúdos específicos a serem ensinados na educação básica, bem como nos conteúdos especificamente pedagógicos; ampla formação cultural; prática docente como foco formativo; contato com a realidade escolar desde o início até o final do curso, integrando a teoria à prática pedagógica; pesquisa como princípio formativo; domínio das novas tecnologias de comunicação e da informação e acesso a elas, visando a sua integração à prática do magistério; inclusão das questões relativas à educação dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, e das questões de gênero e diversidade nos programas de formação de todas as áreas; trabalho coletivo democrático, autônomo e interdisciplinar; conhecimento e aplicação das diretrizes curriculares nacionais e estaduais referentes aos níveis e modalidades da educação básica. (PEE/MS, 2014, p. 92).

A relação entre a comunidade escolar, os responsáveis e principalmente os estudantes devem ser constituídos fortemente com base na equidade que os parâmetros curriculares ofertam. Considerando o direito de pertencimento como emergência social, e que de sobrevivência para os indivíduos pertencentes aos grupos minoritários, partido sempre da perspectiva de pertencimento e representatividade.

Um outro fator muito importante dentro das questões da atribuição do nome social, por parte do estudante que vale ressaltar, é que o nome só poderá constar no banco de dados das unidades escolares quando solicitado por um estudante atinge a maior idade, 18 anos. Ou, quando seus responsáveis legais (familiares) solicitam o registro. É de fato, uma situação tanto quanto delicada, pois infelizmente, grande parte das pessoas transexuais tem problemas familiares, provindos da aceitação social e de suas identidades sociais, inviabilizando o responsável de solicitar tal direito.

Em 2023, em decorrência do ocorrido na escola que referenciei, e ao iniciar o mestrado em Educação, procurei os órgãos da educação responsáveis pelas matrículas e permanência dos estudantes. Afim de saber a quantidade de pessoas matriculadas que faziam uso do nome social em seus registros, e se eram meninos ou meninas transexuais, e a possível faixa etária desses corpos. Na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), não foi possível a confirmação dos dados, até o momento.

Já na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED), depois de muitas tentativas e reagendamentos, obtive o relatório do quantitativo de pessoas matriculadas que utilizam o nome social. Segundo relatório, eram apenas 144 pessoas em todo o estado de Mato Grosso do Sul. Onde, 77 desses estudantes estavam no grupo de Campo Grande, e 67 divididos em todo estado. O setor responsável por essa contagem não soube informar se, aqueles

estudantes relacionados, estavam apenas matriculados, ou se estavam frequentando as aulas regularmente.

O relatório bem sucinto consta, o nome do município, o nome da escola, a descrição de escolaridade, se tratando de ensino fundamental e médio e quantidade de estudantes que fazem uso do nome social. Não informa se estamos relacionando meninos ou meninas transexuais e se são menores ou maiores de idade.

Um documento de suma importância para os órgãos públicos, para os direitos humanos, e para toda sociedade LGBTQIAP+ ser tão singelo assim, ou melhor dizendo, muito vazio de informações pertinentes a todos, não nos traz a sensação de pertencimento desses corpos, apenas nos referênciamos que por questão obrigatória ali estaria os registros.

Vale ressaltar, que em 2023 o portal do Governo de Mato Grosso do Sul, ao abordar temas ligados aos investimentos com as estruturas das unidades escolares, afirmou que o ano letivo de 2023 encerrado em 22 de dezembro, terminava o ano com 190 mil estudantes na rede de ensino em todo o estado.

### 3.5 A PERMANÊNCIA DE PESSOAS LGBTQIAP+ NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM GRITO DE SOBREVIVÊNCIA.

Abordar temas oriundos das questões de gênero e sexualidade nas unidades escolares é um problema atual e recorrente, que considerando a realidade da formação de professores, o silenciamento, o descaso, o despreparo, o desrespeito, a abordagem inconsequente ou invalidada termina no abandono escolar dos estudantes transexuais.

Nos ambientes escolares, ou melhor o que realmente acontece na maioria desses ambientes. É a invalidação do assunto nas salas dos professores, nos momentos de planejamentos coletivos, nas reuniões de fluxo, nas jornadas formativas, nas formações continuadas. E outros momentos propícios para a abertura das pautas que giram em torno das atualizações sociais, emocionais e de dignidade.

Concordo com Candau (2002) quando diz que a escola é um espaço de diversidades, desse modo não existe mais no ambiente escolar um estudante padronizado, e sim sujeitos diversificados com suas diferenças raciais, étnicas, e principalmente de identidades e de gêneros.

A cultura escolar está impregnada pela perspectiva do comum, do aluno padrão, do 'aqui todos são iguais'. No entanto, as escolas estão cada vez mais desafiadas a enfrentar os problemas decorrentes das diferenças e da pluralidade cultural, étnica, social, religiosa etc., dos seus sujeitos e atores. (Candau, 2002, p. 14, Grifo do Autor).

O silêncio que ocorre ao abordar o tema, ou as “brincadeiras” e “deboches” por grande parte dos profissionais da educação, apresentam um grave avanço. Apesar de toda informação disponibilizada para que todos possam aperfeiçoar seus conhecimentos, ainda existe e persiste um grande grupo de profissionais da educação, que não se permitem ou não querem desenvolver as políticas relacionadas as desigualdades de gêneros, e a prevenção contra a violência, para promoção da tão sonhada cultura de paz e segurança para toda comunidade. Como apresentado no Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, na meta 7.

Meta 7 – Estratégias ...7.33 - implantar e desenvolver, até o segundo ano de vigência do PEE-MS, políticas de prevenção e combate à violência nas escolas, com capacitação dos profissionais da educação para atuarem em ações preventivas junto aos (às) estudantes na detecção das causas como: violência doméstica e sexual, questões étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual, para a adoção das providências adequadas, promovendo e garantindo a cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade. (PEE/MS, 2014, p. 57).

Para Berenice Bento (2011), as escolas são ambientes que produzem e reproduzem incansavelmente a heteronormatividade, como conceito de legitimidade humana. Logo, ao seu redor persiste um espaço hostil, e deixar esses locais se tonam uma forma de proteção para evitar mais violência física, verbal, emocional e social, além das que já absorvem fora dos muros das unidades escolares. Diante disso, seria conivente que as abordagens das questões de sexualidade e gênero fossem respeitadas e atendidas por aqueles que estão a frente das escolas. Os gestores, os professores, os administrativos, e toda comunidade escolar. E com isso, as famosas falas direcionadas como:

Isso é tudo mimimi.
Empurrar de goela a baixo, essas coisas.
Na minha época não era assim, tão as claras.
Ah, mas como eu vou saber? Se na lua cheia é homem, e quando vem a lua crescente é mulher. É igual as fases da lua, aí não dá né.
Deus, fez o homem e a mulher. E agora esse povo quer dizer que isso tudo é normal? Eu não aceito, e vou continuar agindo com os mandamentos de Deus.
Nossa! Porque você escolheu esse nome novo? Tão estranho, aposto que nem você sabe o significado.

Figura 8- Tabela com frases vexatórias ditas por servidores da educação, dentro das unidades escolares. Direcionadas aos estudantes LGBTQIAP+.

A maior preocupação além das falas em discordância com os direitos humanos, de sermos o que queremos ser, ou melhor, de termos o direito de nos representar como realmente nos vemos. É que, depois das falas de cunho duvidoso e vexatórios, surgem as risadas, as concordâncias, as comparações.

Diante de tanta repressão, desgaste emocional, e vendo-se obrigados a lidar com todos os tipos de comentários, os estudantes transexuais preferem se omitir, se ausentar e por fim evadir da educação básica, pois consideram a escola um ambiente totalmente excludente e nem um pouco acolhedor. Nesse contexto podemos afirmar que o acesso à educação é mantido e assegurado pelas unidades escolares, mas a permanência está sendo comprometida.

E na maioria das vezes, essa evasão não é atribuída a uma transferência na tentativa de encontrar um ambiente educacional mais acolhedor, mas sim na desistência das atividades escolares do sujeito. Com a percepção e o sentimento de que não são respeitados, nem valorizados nos espaços que deveriam acolhe-lo e torná-lo um cidadão para o mundo.

[...] a escola apresenta muita dificuldade no trato da orientação sexual e de identidade de gênero, mostrando-se muitas vezes insegura e perdida diante das cenas que não estão presentes em seus manuais; ainda nesse sentido: “retifica os modelos sociais de exclusão por meio de ações de violência, discriminação e expulsão ou de descaso, fazendo de conta que nada está acontecendo, não escuta as denúncias da dor da discriminação (JUNQUEIRA, 2009, p. 245).

Essas reações adversas ao respeito, são direcionadas nas aulas, aos momentos de interação, de práticas de socialização, e como um educador(a) como essa postura social poderá formar indivíduos integralmente para a sociedade? Essa pergunta, cabe para todos os momentos de debate. Concordo com Louro (1999), quando diz que devemos pensar a educação como modelo humanizador, sem respostas prontas, métodos e fórmulas estáveis. Mas sim, reconhecer as novas possibilidades de sujeitos, sem nos limitarmos a sistemas binários.

Marlucy Paraíso (2004), aponta que é necessário a desconstrução na imparcialidade no campo das pesquisas, quebrando os paradigmas da tradicionalidade.

Usando uma linguagem que recebe influências das chamadas “filosofia da diferença”, do pós-estruturalismo, do pós-modernismo, da teoria *queer*, dos estudos feministas e de gênero, dos estudos multiculturalistas, pós-colonialistas, étnicos, ecológicos etc., as teorias pós-críticas realizam, no campo educacional brasileiro, substituições, rupturas e mudanças de ênfase em relação às pesquisas críticas. Suas produções e invenções têm pensado práticas educacionais, currículos e pedagogias que apontam para abertura, a transgressão, a subversão, a multiplicação de sentidos e para a diferença. (PARAÍSO, 2004, p. 284 e 285).

O tradicionalismo nas formações acadêmicas dos professores, seja ela qual área for deve ser rompida, devem-se tratar dos temas de sexualidade e diversidade como obrigatórios dentro das licenciaturas, em conformidade com os conteúdos destinados as áreas específicas. A educação vem se apresentando com possibilidades e características universais, pautadas pelo direito à cidadania, e a desigualdade social.

## 4 EDUCAÇÃO E TRANSGÊNEROS

“Toda pessoa tem o direito de ser reconhecida, em qualquer lugar, como pessoa perante a lei. As pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas devem gozar de capacidade jurídica em todos os aspectos da vida. A orientação sexual e identidade de gênero autodefinidas por cada pessoa constituem parte essencial de sua personalidade e um dos aspectos mais básicos de sua autodeterminação, dignidade e liberdade. Nenhuma pessoa deverá ser forçada a se submeter a procedimentos médicos, inclusive cirurgia de mudança de sexo, esterilização ou terapia hormonal, como requisito para o reconhecimento legal de sua identidade de gênero. Nenhum status, como casamento ou status parental, pode ser invocado para evitar o reconhecimento legal da identidade de gênero de uma pessoa. Nenhuma pessoa deve ser submetida a pressões para esconder, reprimir ou negar sua orientação sexual ou identidade de gênero.” (YOGYAKARTA, 2006, p. 13 e 14).

### 4.1 A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA ORAL (HO) PARA SOCIEDADE: A CONSTRUÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA

A história oral se consolida em diversos temas, por meio da metodologia que busca ouvir e registrar as vozes dos indivíduos excluídos das histórias oficiais. Contudo quando se trata de estudos com ênfase nas sociedades minoritárias, como as pessoas LGBTQIAPN+, negros, mulheres entre outros. Sustentada no diálogo da memória e identidade, fomentando e possibilitando a análise do pensamento e do debate a todo momento da pesquisa.

A História Oral se sustenta, sobretudo, na atividade de lembrar e no jogo entre memória e identidade. Durante o diálogo em história oral o informante faz escolhas memoriais, movido pelos engajamentos do presente, pelas lembranças do passado e aspirações do futuro. (CANDAUI, 2011).

A importância de debater gênero a partir das histórias de vida de sujeitos pertencentes a esse grupo, tecendo relações as situações de seu cotidiano, faz com que esses indivíduos sejam reconhecidos com legitimidade enquanto um ser que produz sua própria essência. A abordagem das histórias de vida é uma alternativa para discutir o processo de formação do indivíduo a partir dele próprio.

Nessa perspectiva, oportunizar lugar de fala por meio de entrevistas para meninos transexuais que fazem uso do nome social por diferentes motivos, tais como não se identificar com contexto significativo do nome atribuído no nascimento, assim como a não identificação do sexo biológico. Se torna necessidade pública, para a desconstrução de paradigmas que fortalecem os discursos de ódio, e vulgarização das questões de gênero nas unidades escolares.

Acerca desse importante momento a filósofa Djamila Ribeiro (2017) aponta que o conceito de lugar de fala ultrapassa o campo da comunicação.

Para além dessa conceituação dada pela comunicação, é preciso dizer que não há uma epistemologia determinada sobre o termo lugar de fala especificamente, ou melhor, a origem do termo é imprecisa, acreditamos que este surge a partir da tradição de discussão sobre feminist stand point em uma tradução literal “ponto de vista feminista” diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial. (RIBEIRO, 2017, p. 58).

Thompson (1998), destaca a importância e a qualidade das relações entre pesquisador e pesquisado, quando se transita pelo processo da história Oral. Os resultados positivos, enquanto material de pesquisa começam aparecer antes mesmo da entrevista ser de fato realizada. Durante o processo de produção e de elaboração da interlocução. Principalmente, quando se há contato e compartilhamento da realidade a ser explanada.

Há algumas qualidades que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. (THOMPSON, 1998, p. 254).

Durante as entrevistas para que o entrevistado consiga compreender suas memórias, é preciso que faça uma reelaboração do presente em que vivencia. E podem ocorrer momentos por parte do entrevistado de comoção, tristezas, felicidades, nervosos. Ou melhor, qualquer tipo de sentimento que a retomada da lembrança poderá trazer. E é importante ressaltar que a pesquisa não tem um papel significativo apenas para o pesquisador, e sim para o entrevistado vê de forma coesa a expressão de sua realidade social.

[...] quando alguém concorda em ser entrevistado, tem objetivos concretos a atingir, relacionados não ao historiador, mas a si próprio, ou seja: conceder ou não a entrevista é um ato voluntário, integrante de um complexo universo de interesses e estratégias ao qual, muitas vezes, o historiador se quer tem acesso. (AMADO, 1997, p. 153).

A escola é um espaço para expressão da democracia, principalmente da democracia participativa. Onde os maiores desafios, estão a de instituir condições adequadas para atender a diversidade dos sujeitos que dela participam. Reconhecer, compreender e principalmente respeitar toda essa diversidade, é requisito para orientar a transformação de uma sociedade tradicionalmente pautada pela exclusão.

A pluralidade social nos ambientes mostra o quanto à nação tem evoluído, e com ela os conceitos de gerações que vem por romper os tabus e sendo mais representativas. As pessoas que se identificam com a comunidade LGBTQIAPN+ tem procurado por mais representatividade qualitativa.

Os sujeitos que, por muito tempo, foram negligenciados nos discursos educacionais granjearam seus espaços. Em decorrência disso, múltiplas ações têm sido desenvolvidas e implementadas pensando na inclusão educacional e em uma escola que respeite as diferenças dos distintos sujeitos, seja no que tange à orientação sexual, religião, etnia ou raça, com a finalidade de afiançar as diretrizes nacionais da educação básica, no que diz respeito à democratização do ensino no Brasil. (SILVA, 2016, p. 175).

#### 4.2 TRANSEXUAIS: UMA VISÃO DE DENTRO DA ESCOLA DE MATO GROSSO DO SUL

Pesquisa de campo: As abordagens da escola Joaquim Murtinho, nas tratativas de pessoas transexuais enquanto escola com maior quantitativo de meninos trans matriculados e frequentes. E apresentação da história da oral.

Entrevista com os meninos trans da EE Joaquim Murtinho. (aguardando agenda definida para setembro/24).

Apresentar roteiro de entrevista:

- a) Infância
- b) Adolescência
- c) Vida Escolar
- d) Vida familiar

Realizar apontamento das reações de cada um sobre o roteiro.

#### 4.3 RELATOS DOS ESTUDANTES: O SENTIMENTO QUE EU CARREGO

Sujeitos da pesquisa: Apresentar fielmente os casos, situações e diálogos declarados pelos meninos trans. E a carga que carregam consigo, o que esperam para o futuro.

Registros dos momentos de gravação e de expressão, na íntegra. Relato familiar (caso haja).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS –

Importante....

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. 10º ed. São Paulo: Papyrus, 2000.

AMADO, Janaina. **A culpa nossa de cada dia: Ética e História Oral**. São Paulo: Revista Projeto História, nº 15, 1997, p. 145 – 155. Disponível: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11225/8232>. Acesso: 10 jan. 2024.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas**. Letras escreve, v. 7, n. 1, p. 137-164, 2017.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bomfin. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Organizador: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo: Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOFF, L. e MURANO, R. M. **O gênero na crise da cultura dominante e na emergência de um novo paradigma civilizacional**. In: Boff, L. & Muraro, R. M. (Org.), *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. (p.17-28). Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2002.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça. Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero [recurso eletrônico]**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam, 2021.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. MEC. **Gênero e diversidade sexual na escola: Reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília. SECAD, maio 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola\\_protege/caderno5.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf). Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. MEC. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Documento de apresentação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiros e quartos ciclos – apresentação dos temas transversais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação Fundamental, 2001.

BRASIL. **Termo de referência: instruções para apresentação e seleção de projetos de formação de profissionais da educação para a promoção da cultura de reconhecimento da diversidade sexual e da igualdade de gênero**. Brasília: SECAD, 2005.

BRASIL. **Termo de referência: instruções para apresentação e seleção de projetos de formação de profissionais da educação para a promoção da cultura de reconhecimento da diversidade sexual e da igualdade de gênero**. Brasília: SECAD/SDH, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDAU, Vera M. **Construir ecossistemas educativos, reinventar a escola**. In: Candau (Org.). *Reinventar a escola*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-16.

COLLING, Leandro. **Gênero e Sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018. Disponível em: [https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/430946/2/eBook\\_%20Genero\\_e\\_Sexualidade\\_na\\_Atualidade\\_UFBA.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/430946/2/eBook_%20Genero_e_Sexualidade_na_Atualidade_UFBA.pdf) Acesso em: 06 abr. 2024.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 15º ed. Tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. Disponível: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6021142/mod\\_resource/content/1/E4%20-%20Texto%201.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6021142/mod_resource/content/1/E4%20-%20Texto%201.pdf). Acesso: 06 mai. 2023.

IT GETS BETTER PORTUGAL. Mensagem da ONU contra a homofobia – Tudo vai melhorar. YouTube, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u6sEhqQyFzU>. Acesso em: 06 abr. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações Sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos**. 2ª ed. Brasília: Publicação online, sem tiragem impressa. 2012. Disponível: <https://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso: 10 jan. 2024.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC, 2009, p. 235-264.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). **Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação, 2014. Disponível em: <<https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/pee-ms-2014.pdf>> Acesso em: fev. 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Organizador: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

OKA, Mateus; LAURENTI, Carolina. **Entre sexo e gênero: Um estudo bibliográfico exploratório das ciências da saúde**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 27, n.1, p. 238-251, 2018.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. **Direito à Educação e federalismo no Brasil**. Revista Retratos da Escola, v. 6, nº 10, p. 39-47, Brasília, 2012.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: O esboço de um mapa**. Cadernos de Pesquisa, v.34, n.122. p. 283-303. São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/JrF5H8r96wRTvTDLSzhYpcM/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 06 abr. 2024.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Multidões queer**: Notas para uma política dos anormais. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n1/a02v19n1.pdf>. Acesso em: 06 abril de 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SILVA JUNIOR, Jonas Alves da. **Direitos à meia Luz**: Regulamentação do uso do nome social de estudantes travestis e transexuais nas instituições escolares. Salvador: Revista da FAEEBA – Educação e contemporaneidade, p. 173-189, 2016.

SIQUEIRA, I. **Continuemos resistindo**. In: GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS. Nós Trans: escrituras de resistência. Belo Horizonte: Litera Trans, 2017. p. 173-174.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

YOGYAKARTA, Príncípios de. **Príncípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. 2006. Disponível em: <[https://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](https://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf)>. Acesso em: 06 abr. 2024.

## **6 APÊNDICE I– PROPOSTA DE INTERVENÇÃO – MATERIAL ÁUDIO VISUAL: TÍTULO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

6.1 INTRODUÇÃO

6.2 JUSTIFICATIVA

6.3 OBJETIVOS

6.4 OBJETIVO GERAL

6.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

6.6 METODOLOGIA

6.7 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	ANO/MÊS	ANO/MÊS